Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 8

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 12

Demonstração do Resultado 13

Demonstração do Resultado Abrangente 14

Demonstração do Fluxo de Caixa 15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 16

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 17

Demonstração do Valor Adicionado 18

Relatório da Administração 19

Notas Explicativas 40

Proposta de Orçamento de Capital 102

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 103

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 105

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 106

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.464
Preferenciais	640
Total	8.104
Em Tesouraria	
Ordinárias	67
Preferenciais	14
Total	81

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	29/04/2011	Dividendo	31/05/2011	Ordinária		1,19922
Assembléia Geral Extraordinária	29/04/2011	Dividendo	31/05/2011	Preferencial		1,31909
Reunião do Conselho de Administração	16/11/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/11/2011	Ordinária		0,62314
Reunião do Conselho de Administração	16/11/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/11/2011	Preferencial		0,62314

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	1.177.330	1.138.699
1.01	Ativo Circulante	232.991	181.791
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	72.496	39.191
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.143	6.419
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.143	6.419
1.01.02.01.03	Bancos conta Vinculada	5.143	6.419
1.01.03	Contas a Receber	110.130	89.789
1.01.03.01	Clientes	90.179	76.903
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	19.951	12.886
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	12.205	8.319
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	7.746	4.567
1.01.04	Estoques	36.366	37.227
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.661	8.635
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.661	8.635
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	195	530
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	195	530
1.02	Ativo Não Circulante	944.339	956.908
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	153.840	201.154
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.531	4.065
1.02.01.01.03	Bancos conta vinculada	3.531	4.065
1.02.01.03	Contas a Receber	1.395	5.091
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.395	5.091
1.02.01.05	Ativos Biológicos	128.516	161.451
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.583	14.249
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.583	14.249
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.815	16.298
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	657	6.560
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	2.162	2.401
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	996	7.337
1.02.02	Investimentos	253.572	210.049
1.02.02.01	Participações Societárias	248.575	210.049
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	248.575	210.049
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	4.997	0
1.02.03	Imobilizado	536.927	545.705
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	536.927	545.705

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	1.177.330	1.138.699
2.01	Passivo Circulante	203.356	198.715
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.692	9.641
2.01.02	Fornecedores	42.790	40.823
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.115	10.163
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.402	7.303
2.01.03.01.02	Parcelamentos Tributários	2.869	2.689
2.01.03.01.03	Outros Tributos Federais	4.533	4.614
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.584	2.780
2.01.03.02.01	Parcelamentos Tributários	1.693	1.321
2.01.03.02.02	ICMS a Recolher	1.891	1.459
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	129	80
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	114.488	114.442
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	88.488	101.654
2.01.04.02	Debêntures	26.000	12.788
2.01.05	Outras Obrigações	16.271	23.646
2.01.05.02	Outros	16.271	23.646
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.607	9.775
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	9.905	13.086
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	759	785
2.02	Passivo Não Circulante	509.744	472.868
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	277.521	222.924
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	171.068	93.283
2.02.01.02	Debêntures	106.453	129.641
2.02.02	Outras Obrigações	24.056	38.389
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.109	17.602
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	2.109	17.602
2.02.02.02	Outros	21.947	20.787
2.02.02.02.03	Parcelamentos Tributários	10.666	13.936
2.02.02.02.04	Outros Impostos a Pagar	11.062	6.230
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	219	621
2.02.03	Tributos Diferidos	166.517	171.693
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	166.517	171.693
2.02.04	Provisões	41.650	39.862
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	41.650	39.862
2.03	Patrimônio Líquido	464.230	467.116
2.03.01	Capital Social Realizado	63.381	63.381
2.03.02	Reservas de Capital	-2.038	-309
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.038	-309
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.688	10.044
2.03.04	Reservas de Lucros	144.340	120.369
2.03.04.01	Reserva Legal	3.331	2.863
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	79.770
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	66.266	37.736
2.03.04.10	Reserva de ativos biológicos	74.743	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	248.859	273.631

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	451.688	417.957
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-339.028	-291.088
3.02.01	Variação do valor justo dos ativos biológicos	6.349	21.337
3.02.02	Custo dos produtos vendidos	-345.377	-312.425
3.03	Resultado Bruto	112.660	126.869
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-54.914	-45.478
3.04.01	Despesas com Vendas	-41.068	-37.217
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.273	-48.211
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.715	3.209
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.242	-3.227
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.954	39.968
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	57.746	81.391
3.06	Resultado Financeiro	-54.895	-41.463
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.851	39.928
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.503	-1.640
3.08.01	Corrente	-1.008	-2.986
3.08.02	Diferido	7.511	1.346
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.354	38.288
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-3.928
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-3.928
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.354	34.360
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,15390	4,69090
3.99.01.02	PN	1,26930	5,16010

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	9.354	34.360
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.354	34.360

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	71.120	27.377
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	74.793	63.449
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	9.354	34.360
6.01.01.02	Variação valor justo ativos biológicos	-6.349	-21.337
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	42.216	39.946
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-7.511	-3.370
6.01.01.05	Resultado na alienação de ativo permanente	-893	658
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-22.954	-39.968
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	8.286	10.637
6.01.01.08	Provisão para devedores duvidosos	411	630
6.01.01.12	Variação monetárias e encargos	55.072	41.893
6.01.01.13	Subvenção governamental	-2.839	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.673	-36.072
6.01.02.01	Contas a receber	-15.157	-18.306
6.01.02.02	Estoques	861	-5.466
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-2.122	757
6.01.02.04	Outras contas a receber	-1.318	-1.099
6.01.02.05	Dividendos recebidos	21.501	14.868
6.01.02.06	Fornecedores	-6.792	3.627
6.01.02.07	Obrigações sociais e previdenciárias	5.955	5.893
6.01.02.08	Adiantamento de clientes	-26	216
6.01.02.09	Obrigações tributárias	7.689	2.817
6.01.02.10	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-13.091	-28.569
6.01.02.11	Pagamento juros sobre debêntures	-10.934	-7.527
6.01.02.12	Outras contas a pagar	9.761	-3.283
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-43.017	-17.643
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-26.336	-19.926
6.02.02	Aumento de capital em controlada	0	-1.467
6.02.03	Recebimentos com alienação de ativos	1.469	1.609
6.02.04	Mútuos com partes relacionadas	0	2.141
6.02.05	Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-18.150	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.202	26.544
6.03.01	Pagamento de dividendos	-13.930	-3.847
6.03.02	Debêntures emitidas	0	140.575
6.03.04	Empréstimos captados	141.759	84.283
6.03.05	Empréstimos pagos	-120.898	-194.239
6.03.06	Ações em tesouraria	-1.729	-228
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	33.305	36.278
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.191	2.913
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	72.496	39.191

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-309	404.044	0	0	467.116
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-309	404.044	0	0	467.116
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.729	0	-10.511	0	-12.240
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.729	0	0	0	-1.729
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-5.511	0	-5.511
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.000	0	-5.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.354	0	9.354
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.354	0	9.354
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.157	1.157	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-356	356	0	0
5.06.04	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	0	0	-2.066	2.066	0	0
5.06.05	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	0	0	-2.963	2.963	0	0
5.06.06	Realização custo atribuído	0	0	-21.088	21.088	0	0
5.06.07	Realização custo atribuído (controladas)	0	0	-3.682	3.682	0	0
5.06.08	Reserva legal	0	0	468	-468	0	0
5.06.09	Reserva de retenção de lucros	0	0	28.530	-28.530	0	0
5.06.10	Reserva de lucros a realizar	0	0	-74.743	0	0	-74.743
5.06.11	Reserva de ativos biológicos	0	0	74.743	0	0	74.743
5.07	Saldos Finais	63.381	-2.038	402.887	0	0	464.230

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-80	379.412	0	0	442.713
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-80	379.412	0	0	442.713
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-229	0	-9.728	0	-9.957
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-229	0	0	0	-229
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-9.728	0	-9.728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.360	0	34.360
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.360	0	34.360
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.632	-24.632	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-365	365	0	0
5.06.04	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	0	0	-3.204	3.204	0	0
5.06.05	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	0	0	-2.191	2.191	0	0
5.06.06	Realização custo atribuído	0	0	-659	659	0	0
5.06.07	Realização custo atribuído (controladas)	0	0	-189	189	0	0
5.06.08	Reserva legal	0	0	2.049	-2.049	0	0
5.06.09	Reserva de retenção de lucros	0	0	29.191	-29.191	0	0
5.07	Saldos Finais	63.381	-309	404.044	0	0	467.116

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	586.927	554.710
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	580.623	551.609
7.01.02	Outras Receitas	6.715	3.731
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-411	-630
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-344.307	-361.461
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-326.371	-292.288
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.936	-69.173
7.03	Valor Adicionado Bruto	242.620	193.249
7.04	Retenções	-35.867	-18.610
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.216	-39.946
7.04.02	Outras	6.349	21.336
7.04.02.01	Variação valor justo ativo biológico	6.349	21.336
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	206.753	174.639
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	53.015	74.979
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.954	39.969
7.06.02	Receitas Financeiras	30.061	35.010
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	259.768	249.618
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	259.768	249.618
7.08.01	Pessoal	73.174	64.666
7.08.01.01	Remuneração Direta	60.032	52.882
7.08.01.02	Benefícios	9.696	8.595
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.446	3.189
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	61.849	45.898
7.08.02.01	Federais	37.635	25.696
7.08.02.02	Estaduais	23.792	19.876
7.08.02.03	Municipais	422	326
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	110.140	100.876
7.08.03.01	Juros	84.956	77.598
7.08.03.02	Aluguéis	25.184	23.278
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.354	34.360
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.000	0
7.08.04.02	Dividendos	5.511	9.730
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.157	24.630
7.08.05	Outros	5.251	3.818
7.08.05.01	Participação dos administradores	5.251	3.818

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	1.181.754	1.144.760
1.01	Ativo Circulante	231.684	182.313
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	74.722	40.362
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.143	6.419
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.143	6.419
1.01.02.01.03	Bancos conta Vinculada	5.143	6.419
1.01.03	Contas a Receber	104.581	87.345
1.01.03.01	Clientes	92.231	78.900
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.350	8.445
1.01.04	Estoques	38.356	39.007
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.687	8.650
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.687	8.650
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	195	530
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	195	530
1.02	Ativo Não Circulante	950.070	962.447
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	265.659	278.124
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.531	4.065
1.02.01.01.03	Bancos conta vinculada	3.531	4.065
1.02.01.03	Contas a Receber	1.422	5.118
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.422	5.118
1.02.01.05	Ativos Biológicos	239.997	238.215
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.632	14.252
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.632	14.252
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.077	16.474
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	657	6.560
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	2.162	2.401
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.258	7.513
1.02.02	Investimentos	4.997	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	4.997	0
1.02.03	Imobilizado	679.414	684.323
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	679.414	684.323

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	1.181.754	1.144.760
2.01	Passivo Circulante	213.693	209.696
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.021	9.889
2.01.02	Fornecedores	37.713	39.632
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.582	11.545
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.782	8.573
2.01.03.01.02	Parcelamentos Tributários	2.988	2.793
2.01.03.01.03	Outros Tributos Federais	5.794	5.780
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.633	2.868
2.01.03.02.01	Parcelamentos Tributários	1.693	1.321
2.01.03.02.02	ICMS a Recolher	1.940	1.547
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	167	104
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	128.278	127.700
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	102.278	114.912
2.01.04.02	Debêntures	26.000	12.788
2.01.05	Outras Obrigações	16.099	20.930
2.01.05.02	Outros	16.099	20.930
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.607	9.775
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	9.333	9.214
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	1.159	1.941
2.02	Passivo Não Circulante	503.811	467.934
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	240.463	203.504
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	179.983	115.380
2.02.01.02	Debêntures	60.480	88.124
2.02.02	Outras Obrigações	22.120	21.475
2.02.02.02	Outros	22.120	21.475
2.02.02.02.03	Parcelamentos Tributários	10.839	14.624
2.02.02.02.04	Outras Impostos a Pagar	11.062	6.230
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	219	621
2.02.03	Tributos Diferidos	199.511	203.027
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	199.511	203.027
2.02.04	Provisões	41.717	39.928
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	41.717	39.928
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	464.250	467.130
2.03.01	Capital Social Realizado	63.381	63.381
2.03.02	Reservas de Capital	-2.038	-309
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.038	-309
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.688	10.044
2.03.04	Reservas de Lucros	144.340	120.369
2.03.04.01	Reserva Legal	3.331	2.863
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	79.770
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	66.266	37.736
2.03.04.10	Reserva de ativos biológicos	74.743	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	248.859	273.631
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	20	14

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	481.513	442.686
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-339.066	-269.352
3.02.01	Variação do valor justo dos ativos biológicos	14.327	50.738
3.02.02	Custo dos produtos vendidos	-353.393	-320.090
3.03	Resultado Bruto	142.447	173.334
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-84.342	-89.813
3.04.01	Despesas com Vendas	-42.353	-37.661
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-46.423	-52.276
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.900	4.226
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.466	-4.102
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	58.105	83.521
3.06	Resultado Financeiro	-52.515	-41.619
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.590	41.902
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.769	-3.613
3.08.01	Corrente	-2.127	-3.831
3.08.02	Diferido	5.896	218
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.359	38.289
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-3.928
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-3.928
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	9.359	34.361
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.354	34.360
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5	1
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,15390	4,69090
3.99.01.02	PN	1,26930	5,16010

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	9.359	34.361
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	9.359	34.361
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.354	34.360
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5	1

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	74.956	35.959
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	100.384	86.062
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	9.354	34.360
6.01.01.02	Variação valor justo ativos biológicos	-14.327	-50.738
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	55.526	50.992
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-5.896	-2.125
6.01.01.05	Resultado na alienação de ativo permanente	-804	548
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	8.287	10.460
6.01.01.08	Provisão para devedores duvidosos	411	630
6.01.01.10	Participação de acionistas não controladores	5	6
6.01.01.12	Variação monetárias e encargos	50.667	41.929
6.01.01.13	Subvenção governamental	-2.839	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.428	-50.103
6.01.02.01	Contas a receber	-17.208	-18.073
6.01.02.02	Estoques	651	-6.348
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.651	762
6.01.02.04	Outras contas a receber	-1.348	-951
6.01.02.06	Fornecedores	-7.389	2.280
6.01.02.07	Obrigações sociais e previdenciárias	6.037	6.101
6.01.02.08	Adiantamento de clientes	-783	394
6.01.02.09	Obrigações tributárias	7.254	3.487
6.01.02.10	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-13.097	-28.569
6.01.02.11	Pagamento juros sobre debêntures	-10.934	-8.822
6.01.02.12	Outras contas a pagar	13.040	-364
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-29.992	-18.698
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-31.461	-20.882
6.02.03	Recebimentos com alienação de ativos	1.469	2.490
6.02.04	Mútuos com partes relacionadas	0	-306
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.604	20.076
6.03.01	Pagamento de dividendos	-13.930	-3.847
6.03.02	Debêntures emitidas	0	100.575
6.03.03	Cédula de crédito imobiliário - CRI	-16.370	35.355
6.03.04	Empréstimos captados	142.334	85.272
6.03.05	Empréstimos pagos	-120.909	-197.051
6.03.06	Ações em tesouraria	-1.729	-228
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	34.360	37.337
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	40.362	3.025
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	74.722	40.362

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-309	404.044	0	0	467.116	14	467.130
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-309	404.044	0	0	467.116	14	467.130
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.729	0	-10.511	0	-12.240	0	-12.240
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.729	0	0	0	-1.729	0	-1.729
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-5.511	0	-5.511	0	-5.511
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.000	0	-5.000	0	-5.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.354	0	9.354	6	9.360
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.354	0	9.354	6	9.360
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.157	1.157	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-356	356	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	0	0	-2.066	2.066	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	0	0	-2.963	2.963	0	0	0	0
5.06.06	Realização custo atribuído	0	0	-21.088	21.088	0	0	0	0
5.06.07	Realização custo atribuído (controladas)	0	0	-3.682	3.682	0	0	0	0
5.06.08	Reserva legal	0	0	468	-468	0	0	0	0
5.06.09	Reserva de retenção de lucros	0	0	28.530	-28.530	0	0	0	0
5.06.10	Reserva de lucros a realizar	0	0	-74.743	0	0	-74.743	0	-74.743
5.06.11	Reserva de ativos biológicos	0	0	74.743	0	0	74.743	0	74.743
5.07	Saldos Finais	63.381	-2.038	402.887	0	0	464.230	20	464.250

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-80	379.412	0	0	442.713	8	442.721
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-80	379.412	0	0	442.713	8	442.721
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-229	0	-9.728	0	-9.957	0	-9.957
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-229	0	0	0	-229	0	-229
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-9.728	0	-9.728	0	-9.728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.360	0	34.360	6	34.366
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.360	0	34.360	6	34.366
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.632	-24.632	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-365	365	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	0	0	-3.204	3.204	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	0	0	-2.191	2.191	0	0	0	0
5.06.06	Realização custo atribuído	0	0	-659	659	0	0	0	0
5.06.07	Realização custo atribuído	0	0	-189	189	0	0	0	0
5.06.08	Reserva legal	0	0	2.049	-2.049	0	0	0	0
5.06.09	Reserva de retenção de lucros	0	0	29.191	-29.191	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.381	-309	404.044	0	0	467.116	14	467.130

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	621.667	579.618
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	615.178	575.493
7.01.02	Outras Receitas	6.900	4.748
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-411	-623
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-342.405	-358.123
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-311.183	-277.629
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.222	-80.494
7.03	Valor Adicionado Bruto	279.262	221.495
7.04	Retenções	-41.199	-254
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-55.526	-50.992
7.04.02	Outras	14.327	50.738
7.04.02.01	Variação valor justo ativo biológico	14.327	50.738
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	238.063	221.241
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	39.971	36.763
7.06.02	Receitas Financeiras	39.971	36.763
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	278.034	258.004
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	278.034	258.004
7.08.01	Pessoal	76.193	66.597
7.08.01.01	Remuneração Direta	62.038	54.306
7.08.01.02	Benefícios	10.552	9.033
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.603	3.258
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	69.413	50.361
7.08.02.01	Federais	43.145	28.556
7.08.02.02	Estaduais	25.737	21.411
7.08.02.03	Municipais	531	394
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	117.823	102.868
7.08.03.01	Juros	92.487	79.506
7.08.03.02	Aluguéis	25.336	23.362
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.354	34.360
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.000	0
7.08.04.02	Dividendos	5.511	9.730
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.152	24.631
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-5	-1
7.08.05	Outros	5.251	3.818
7.08.05.01	Participação dos administradores	5.251	3.818

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A administração da **Celulose Irani S.A.** submete à apreciação de V.Sas. Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o respectivo parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. As Demonstrações Financeiras estão elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e suas alterações, e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Mensagem aos Acionistas

A Celulose Irani S.A. é uma empresa de Papel e Embalagem integrada, com robusta base florestal própria. A essência dos seus negócios é a produção e a comercialização de papel para embalagens e embalagens de papel. As principais matérias primas são as florestas plantadas de Pinus (fibra longa) de propriedade da Companhia e papéis reciclados de fibra longa (aparas). O principal mercado é o doméstico brasileiro, que corresponde a 88% das vendas da Companhia.

DESTAQUES DO ANO DE 2011

O ano de 2011 foi marcado pela estabilidade financeira e econômica brasileira, o que proporcionou crescimento moderado do país de 2,7%, inferior ao crescimento do PIB de 2010 que foi de 7,5%. Segundo dados da ABPO – Associação Brasileira do Papelão Ondulado, a expedição em metros quadrados de papelão ondulado em 2011 foi em 1,% superior a 2010, mesmo crescimento apresentado pela Companhia em seu segmento de papelão ondulado, que representa 60% do seu faturamento.

A Receita Operacional Líquida da IRANI consolidada teve incremento de 7,6% em 2011 em relação a 2010. Esse desempenho deve-se principalmente à boa performance operacional das fábricas que tiveram ganhos de eficiência, e, também, por aumentos de preços que compensaram os aumentos dos custos registrados no período.

O dólar fechou com alta de 12,6% no ano de 2011 em relação a 2010, o que contribuiu para aumentar em Reais a dívida denominada em moeda estrangeira. Em razão da política da Empresa de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos dos compromissos em moeda estrangeira equivalentes ou inferiores aos recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do seu fluxo de caixa, não gerando desencaixes adicionais ou não esperados por conta de mudanças bruscas na cotação das moedas estrangeiras.

O Resultado Líquido de 2011 foi de R$ 9.354 mil. O EBITDA ajustado foi de R$ 110.536 mil, apresentando incremento de 19,9% em 2011 quando comparado a R$ 92.216 mil de

Relatório da Administração

2010. Com isso a margem EBITDA foi de 23,0% em 2011 contra 20,6% de 2010. A relação dívida líquida/EBITDA que era 3,04 vezes em 2010, passou para 2,58 vezes em 2011.

Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA

Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, no valor nominal de R$ 90.000 mil em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O CDCA tem a ele vinculado os direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produtor Rural Física ("CPR"), emitida pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. que tem como credora a Celulose Irani S.A., nos termos da Lei n° 8.929 de 22 de agosto de 1994. Esta operação será liquidada em 6 parcelas anuais a partir de junho de 2012.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS
(incluindo operação descontinuada)

R$ mil	4T11	3T11	4T10	2011	2010
Receita Operacional Líquida	125.387	122.071	115.836	481.513	447.472
Mercado Interno	113.486	107.173	107.862	424.611	397.902
Mercado Externo	11.901	14.898	7.974	56.902	49.570
Lucro Bruto	49.879	32.839	27.204	142.447	170.615
Margem Bruta	39,8%	26,9%	23,5%	29,6%	38,1%
Resultado operacional antes dos tributos e participações	18.739	(14.024)	(3.938)	10.841	39.765
Margem Operacional	14,9%	-11,5%	-3,4%	2,3%	8,9%
Resultado Líquido	11.075	(8.475)	(2.331)	9.354	34.360
Margem Líquida	8,8%	-6,9%	-2,0%	1,9%	7,7%

EBITDA - EARNING BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION

R$ mil	4T11	3T11	4T10	2011	2010
Resultado Antes dos Tributos	18.739	(14.024)	(3.938)	10.841	39.765
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(15.551)	-	2.106	(14.327)	(50.738)
Exaustão	5.137	4.417	4.729	17.401	16.212
Depreciação e Amortização	9.838	9.701	9.129	38.125	34.801
Resultado Financeiro	11.551	26.762	6.807	52.515	42.744
EBITDA	29.714	26.856	18.833	104.555	82.784
Provisões	588	1.488	2.408	5.981	9.432
EBITDA Ajustado	30.302	28.344	21.241	110.536	92.216
Margem EBITDA	24,2%	23,2%	18,3%	23,0%	20,6%

Nota: EBITDA é o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e nossa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ou EBITDA ajustado conforme definido por outras Companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Relatório da Administração

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida no 4T11 foi 8,2% superior em relação ao 4T10 e 2,7% superior em relação ao valor registrado no 3T11. No ano de 2011, totalizou R$ 481.513 mil, apresentando um aumento de 7,6% em relação ao ano anterior.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto no 4T11 foi de R$ 49.879 mil, 83,4% superior ao 4T10 e 51,9% superior ao 3T11. Em 2011, totalizou R$ 142.447 mil, perante os R$ 170.615 mil de 2010, apresentando redução de 16,5%. A Margem Bruta em 2011 foi de 29,6%, 8,5 pontos percentuais inferior a 2010, principalmente devido a menor variação do valor justo dos ativos biológicos.

Resultado Operacional antes dos Tributos e Participações

O resultado operacional antes dos tributos e participações no 4T11 foi de R$ 18.739 mil ante R$ 3.938 mil negativos no 4T10 e R$ 14.024 mil negativos no 3T11. Em 2011 o resultado operacional antes dos tributos e participações totalizou R$ 10.841 mil, 72% inferior em comparação a 2010 registrado em R$ 39.765 mil.

EBITDA

O valor absoluto do EBITDA ajustado foi apurado em R$ 30.302 mil no 4T11, contra R$ 21.241 mil no 4T10, representando um incremento de 42,7%. Em relação ao 3T11, o EBITDA apresentou aumento de 6,9%. Em 2011, o EBITDA ajustado totalizou R$ 110.536 mil, 19,9% superior ao ano anterior. A Margem de EBITDA ajustado apresentou aumento passando de 20,6% em 2010 para 23,0% em 2011.

Resultado Financeiro

No 4T11 o Resultado Financeiro foi negativo em R$ 11.551 mil. Já em 2011, o Resultado Financeiro foi negativo em R$ 52.515 mil, ante os R$ 42.744 mil negativos em 2010. Dos R$ 52.515 mil negativos de 2011, R$ 7.007 mil representam variação cambial líquida negativa, R$ 7.396 mil receita financeira (rendimentos de aplicações financeiras, juros recebidos e descontos obtidos) e R$ 52.904 mil correspondem a despesas financeiras (juros de empréstimos e financiamentos, despesas bancárias e descontos concedidos).

Relatório da Administração

O resultado financeiro está distribuído da seguinte forma:

R$ mil	4T11	3T11	4T10	2011	2010
Receitas Financeiras	7.412	9.055	6.733	30.588	35.409
Despesas Financeiras	(18.963)	(35.817)	(13.540)	(83.103)	(78.153)
Resultado Financeiro	(11.551)	(26.762)	(6.807)	(52.515)	(42.744)

Nas receitas e despesas financeiras apresentadas estão inclusas as variações cambiais ativas e passivas, conforme segue:

R$ mil	4T11	3T11	4T10	2011	2010
Variação cambial ativa	9.472	3.365	5.156	23.188	30.830
Variação cambial passiva	(10.280)	(16.255)	(2.533)	(30.195)	(31.190)
Variação cambial líquida	(808)	(12.890)	2.623	(7.007)	(360)

O resultado financeiro sem variação cambial apresenta-se da seguinte forma:

R$ mil	4T11	3T11	4T10	2011	2010
Resultado Financeiro sem variação cambial	(10.743)	(13.872)	(9.430)	(45.508)	(42.384)

Todos os trimestres foram afetados em seu resultado financeiro pela oscilação do Dólar e do Euro que são base de atualização de determinados empréstimos e financiamentos da Companhia.

Avaliação a Valor Justo dos Ativos Biológicos (Florestas)

A partir de 2010 a Companhia passou a mensurar o valor justo dos seus ativos biológicos (florestas) periodicamente, conforme determina o CPC 29. A variação do valor justo dos seus ativos biológicos produziu efeitos no resultado da Companhia de 2011, conforme demonstrado a seguir:

Efeitos das variações do valor justo dos ativos biológicos

R$ mil	2011	2010
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14.327	50.738
Exaustão do valor justo dos ativos biológicos	(13.535)	(13.453)

Relatório da Administração

O aumento do valor de mercado das florestas da Companhia, em 2011 deveu-se basicamente pelo aumento do volume de madeira das florestas (florestas em estoque), em função do seu incremento (crescimento natural) no ano.

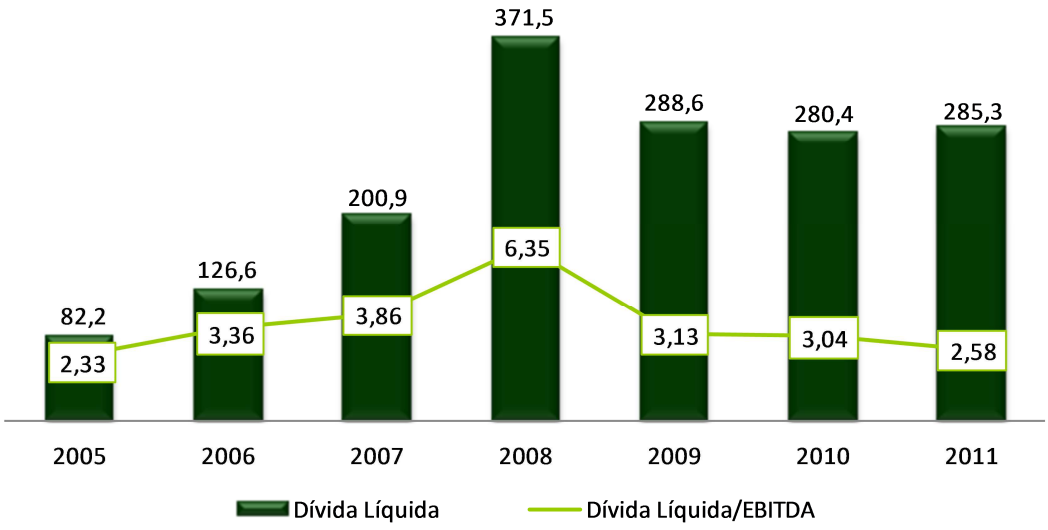
A variação do valor justo dos ativos biológicos, bem como sua exaustão, estão sendo reconhecidos no Custo dos Produtos Vendidos – CPV. Esta nova determinação contábil permite avaliar de forma mais precisa o valor de mercado das florestas da Companhia, conferindo mais precisão e adequação às suas Demonstrações Financeiras.

Resultado Líquido

No 4T11 o resultado líquido da Companhia foi apurado em R$ 11.075 mil positivos, comparativamente ao resultado negativo no 4T10 de R$ 2.331 mil e R$ 8.475 mil negativos registrados no 3T11.

O Resultado Líquido, em 2011, foi de R$ 9.354 mil positivos, apresentando uma redução de 72,8% em relação a 2010, quando foi apurado em R$ 34.360 mil. O resultado líquido de 2011 foi menos impactado pela variação do valor justo dos ativos biológicos (florestas) em relação a 2010 o que impactou sua redução absoluta.

Endividamento Líquido



valores em R$ milhões

A evolução da Dívida Líquida / EBITDA teve seu ponto de alavancagem mais elevado em dezembro de 2008, devido ao carregamento integral da dívida referente aos financiamentos dos investimentos realizados no Projeto Superação (R$ 160,8 milhões). A partir de 2009 começou a ocorrer à captura dos benefícios do Projeto e liquidação da dívida, sendo que a

Relatório da Administração

relação Dívida Líquida / EBITDA baixou de 6,35x em 2008 para 3,04x em 2010. Em 2011, o índice encerrou o ano em 2,58x.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A distribuição da Receita Operacional Líquida Consolidada em 2011 foi a seguinte:



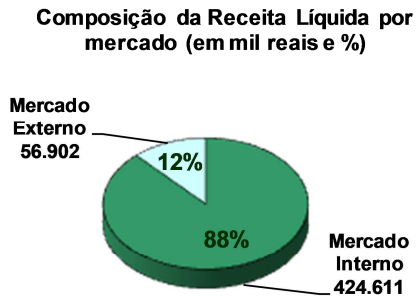
Vendas

A distribuição da Receita Operacional Líquida por unidade de negócio teve a seguinte participação, no ano de 2011:



A composição da Receita Operacional Líquida por mercado estava distribuída da seguinte forma em 2011:

Relatório da Administração



DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

A Celulose Irani S.A. é composta de quatro Segmentos. Os Segmentos estão organizados de acordo com o mercado em que atuam, são independentes em suas operações e integrados de modo harmônico, buscando otimizar o uso das florestas plantadas de pinus, através do seu multiuso, e da verticalização dos negócios. O segmento de Móveis, agora um canal eletrônico de vendas direto ao consumidor final (*e-commerce*), é uma exceção, mas que compartilha o mesmo posicionamento de mercado de produtos sustentáveis.

Segmento Papel, situado em Vargem Bonita - SC, tem por finalidade a produção de papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e de papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO.

Segmento Embalagem PO (papelão ondulado) produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, sendo uma em Vargem Bonita – SC e outra em Indaiatuba – SP. A fábrica de Indaiatuba foi inaugurada em 02 de Junho de 2008 e os recursos utilizados foram provenientes do Projeto Superação.

Segmento Florestal RS e Resinas industrializa produtos de base florestal no Rio Grande do Sul, buscando otimizar a exploração das florestas plantadas de pinus. A partir da resina natural, a unidade de negócio denominada Resinas, localizada em Balneário Pinhal - RS, produz breu e terebintina para a confecção de vernizes, tintas, sabões, colas, adesivos, dentre outros, destinados principalmente ao mercado externo.

Segmento Móveis comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira (www.meumoveldemadeira.com.br). O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

Relatório da Administração

Controladas

A Celulose Irani S.A. conta com as controladas:

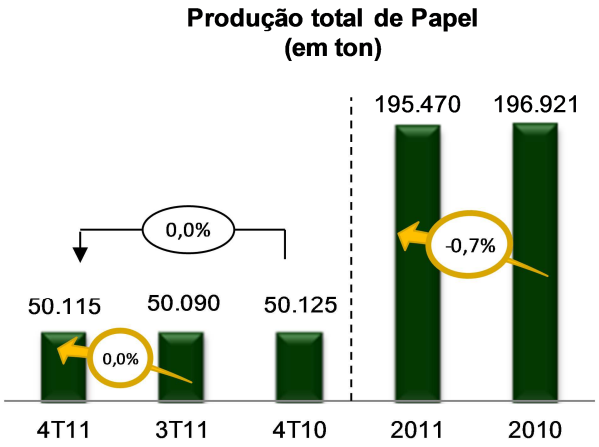
- Irani Trading S.A. que operacionaliza todas as operações de exportação da empresa e atua na área imobiliária na administração e locação de imóveis;
- Habitasul Florestal S.A., com base florestal de 8,4 mil hectares de florestas plantadas de pinus, fornecedora de resina para a unidade Resinas da Celulose Irani S.A. e também fornecedora de madeira para clientes da região;
- Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda., que atende a demanda do mercado nacional com venda direta ao consumidor final por meio do site www.meumoveldemadeira.com.br.
- Em 2009, foi adquirida uma nova subsidiária, HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda, que tem como objetivo a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica e encontra-se em fase pré-operacional.
- Em 2011, foi constituída a Iraflor Comércio de Madeiras Ltda, que realiza operações de administração e comercialização de madeiras e florestas para a controladora Celulose Irani S.A. e também para o mercado.

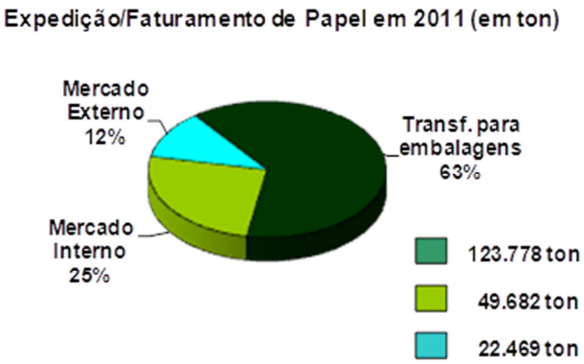
Segmento Papel

A Celulose Irani S.A. teve uma participação de aproximadamente 4,0% na produção nacional de Papel para Embalagem em 2011 (incluindo transferências) segundo dados prévios da Bracelpa - Associação Brasileira de Papel e Celulose. A Divisão Papel conta com quatro máquinas, sendo que uma delas utiliza aparas como base para a sua produção. As demais máquinas, por sua vez, utilizam fundamentalmente celulose Kraft de produção própria.

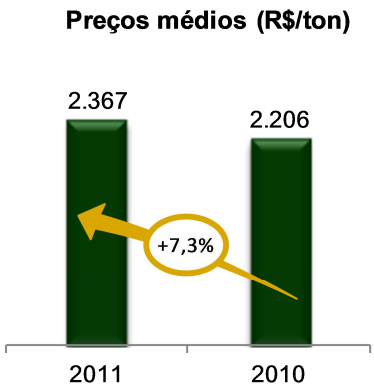
A produção de papel no 4T11 manteve-se estável em relação ao 4T10 e 3T11, respectivamente. No ano de 2011 a produção de papel totalizou 195.470 ton, estável em relação ao ano anterior. A produção e destinação dos papéis produzidos em instalações próprias tiveram a seguinte composição em 2011:

Relatório da Administração





Em 2011 os preços de papel tiveram incremento de 7,3%, em relação ao final de 2010, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Na área florestal continuaram os investimentos em reflorestamento que asseguram o suprimento futuro de madeira para fábrica de papel e celulose. Foram plantados em 2011,

Relatório da Administração

em áreas próprias da empresa, 729 ha de Florestas de Pinus para utilização como madeira para o processo de celulose, e 164 ha de Florestas de Eucaliptos para utilização como biomassa (geração de energia). A produção de madeira própria em 2011 foi de aproximadamente 367,4 mil toneladas de madeira de pinus para celulose e eucalipto para energia, sendo ainda produzidas e vendidas ao mercado cerca de 44,3 mil toneladas de toras.

Em 2011, foi constituída a controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda mediante aporte de florestas plantadas que serão administradas pela mesma, e comercializadas para a controladora Celulose Irani S.A. e também para o mercado.

Segmento Embalagem PO (papelão ondulado)

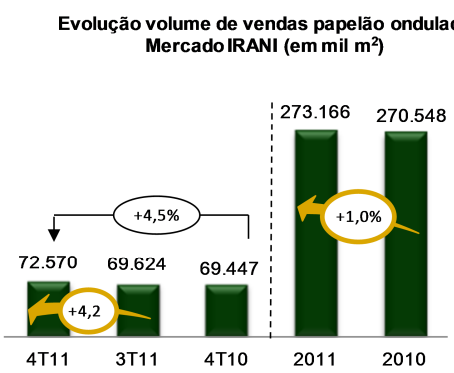
A participação no mercado nacional de embalagens do Segmento Embalagem PO manteve-se estável em relação ao ano anterior. Em metros quadrados o market share em 2011 foi de 4,38%, de acordo com dados prévios de vendas da ABPO - Associação Brasileira do Papelão Ondulado. As vendas da IRANI apresentaram crescimento de 4,5% no 4T11 em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior e 4,2% em relação ao 3T11. No acumulado do ano as vendas tiveram um incremento de 1,0% em relação a 2010, crescimento semelhante ao registrado pelo mercado, segundo dados da ABPO.

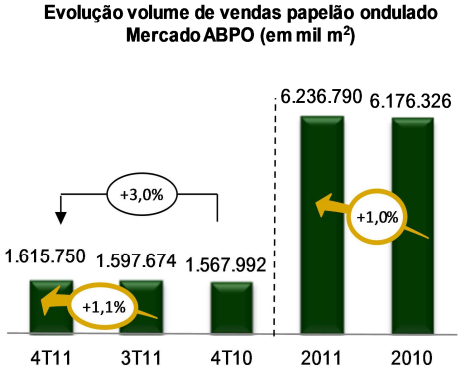
Já em toneladas, as vendas da IRANI apresentaram crescimento de 3,9% no 4T11 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e de 3,8% em relação ao 3T11. No acumulado do ano as vendas mantiveram-se estáveis em relação a 2010, enquanto que o mercado teve um incremento de 1,8% no mesmo período, conforme dados da ABPO. Em toneladas, o market share de 2011, foi apurado em 3,85%, estável em relação a 2010 quando foi apurado em 3,90%.

Relatório da Administração

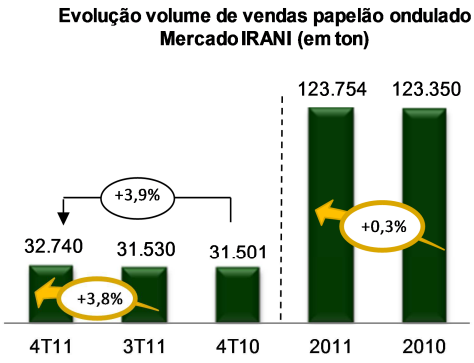
Evolução do Mercado

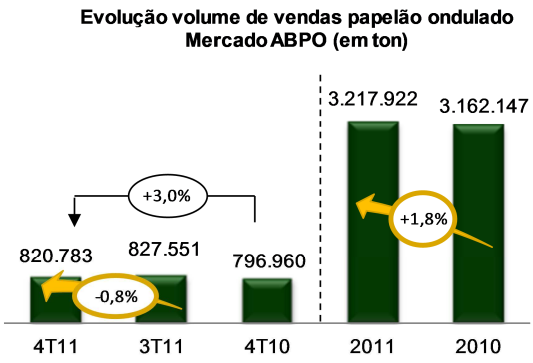
Comparativo IRANI x ABPO[1] (m²)





Comparativo IRANI x ABPO[2] (ton)

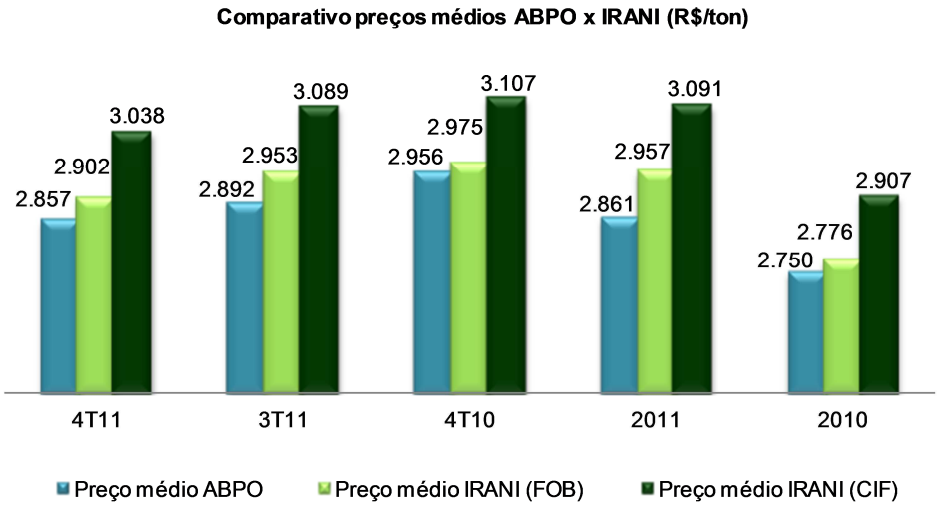




Os preços médios por tonelada da IRANI mantiveram-se estáveis no trimestre em níveis acima dos preços médios do mercado, conforme demonstrado abaixo:

[1,2] Os dados do 4T11 e 2011 da ABPO (em m² e ton) são prévias de fechamento. Pode haver alterações nos dados oficiais.

Relatório da Administração



Nota metodológica – para ajuste de comparabilidade, considera-se nos preços:
1 – Os preços IRANI são sem IPI, com PIS, COFINS, ICMS;
2 – Os preços IRANI são ajustados de acordo com o mix de caixas e chapas de mercado;
3 – Os preços ABPO são um mix de preços CIF e FOB;

Nota Técnica
A ABPO tem o objetivo de determinar os valores das principais variáveis representativas das operações industriais do setor fabricante de papelão ondulado. A metodologia consiste em utilizar as informações respondidas por um painel de 24 empresas e expandi-las para o universo da indústria, definidas pela ABPO e compostas por 80 empresas[1]. As estimativas têm como base o ano de 2008. Com os valores desta data, são calculados fatores de expansão para cada variável, aplicados em seguida aos dados amostrais deste e de outros anos[2]. A partir de 2009 a estatística da ABPO foi terceirizada para a Fundação Getúlio Vargas, que reconsiderou a metodologia e revisou os dados do mercado de papelão ondulado brasileiro, retroagindo seus números a partir de 2005, para os valores em toneladas e metros quadrados. Desta forma, há diferença em relação aos valores apresentados no relatório do ano anterior.

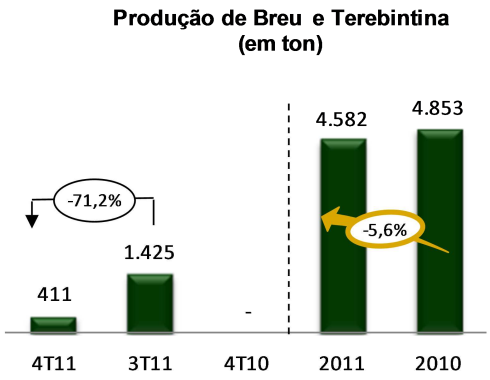
(1) Foram consideradas somente empresas que possuíam onduladeiras. Para efeito das estimativas, dividem-se as 80 empresas em dois grupos: informantes da ABPO (24) e não-informantes da ABPO (56). (2) Em 2008, as 24 empresas informantes da ABPO responderam por 71% do faturamento do universo de 80 produtores.

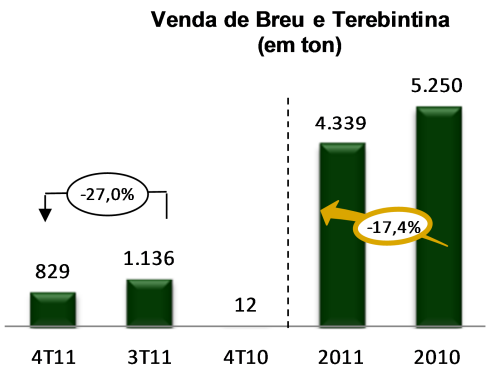
Segmento Florestal RS e Resinas

O Segmento Florestal RS produziu e comercializou em 2011, 398 mil metros cúbicos de toras de pinus para o mercado local e ainda forneceu 2,9 mil toneladas de resinas *in natura* para a controladora Celulose Irani S.A. para ser utilizada no processo industrial de fabricação de breu e terebintina.

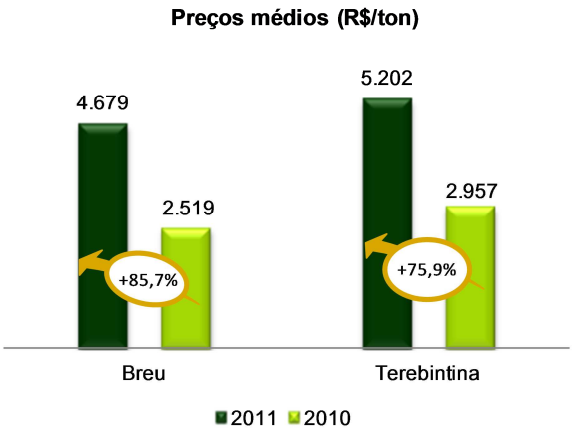
A Unidade Resinas, que tem sua produção direcionada ao mercado externo, apresentou redução nos volumes de produção e vendas em 2011 quando comparados a 2010, conforme demonstram os gráficos abaixo:

Relatório da Administração





Por outro lado os preços médios líquido de impostos de Breu e Terebintina tiveram forte incremento em 2011 em relação ao final de 2010, conforme demonstrado no gráfico:



Segmento Móveis

As atividades de fabricação de móveis localizadas na unidade própria de Rio Negrinho/SC foram encerradas em outubro de 2010, e as suas instalações foram transformadas em condomínio industrial e alugadas para empresas da região. Entretanto, a Companhia mantém sua estratégia de venda de móveis para o mercado interno por meio de sua subsidiária Meu Móvel de Madeira, atendendo a todo o país através do site www.meumoveldemadeira.com.br. Os móveis vendidos através da subsidiária são adquiridos de fábricas da região.

SUSTENTABILIDADE

Assumir a sustentabilidade nos negócios significa atuar de acordo com um modelo de gestão que busca equilibrar o desenvolvimento econômico, social e ambiental. A IRANI

Relatório da Administração

assumiu esse desafio e adotou esse modelo porque quer ser mais competitiva e acredita que o equilíbrio e a sinergia entre esses pilares produzem resultados duradouros e admiráveis.

A Celulose Irani S.A., comprometida com o desenvolvimento sustentável, emite anualmente e de forma voluntária o **Relatório de Sustentabilidade**. Este é um documento através do qual, a empresa mede, informa e presta contas às partes interessadas sobre o desempenho organizacional. A transparência sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais torna-se um componente fundamental nas relações com os *stakeholders* e com o mercado em geral. A metodologia adotada segue as diretrizes do GRI – *Global Reporting Initiative*, em sua versão G3. O Relatório de Sustentabilidade de 2010 alcançou novamente o nível de aplicação **A+** do GRI e está disponível em www.irani.com.br. O Relatório de Sustentabilidade de 2011 será disponibilizado até junho de 2012.

Prêmios e Reconhecimentos em 2011
A Companhia recebeu diversos reconhecimentos sociais, ambientais e de mercado, reflexo das ações e projetos desenvolvidos ao longo do ano.

Certificado Excelência em Gestão Sustentável da Região sul



Troféu Melhorar do Prêmio de Qualidade Ambiental do Transporte



Prêmio Febramec Meio Ambiente 2011



Benchmarking Ambiental 2011



Prêmio Época Empresa Verde 2011



Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC



Prêmio Empresa Exemplar da América Latina



Campeãs da Inovação 2011



Troféu Roberto Hiraishi 2011 20º edição Prêmio Brasileiro de Embalagem Embanews.



Prêmio Expressão de Ecologia 2011



- Certificado de Excelência em Gestão Sustentável da Região Sul – Realização Revista Expressão
- Troféu Melhorar do Prêmio de Qualidade Ambiental do Transporte

Relatório da Administração

- Prêmio Febramec Meio Ambiente 2011
- Programa Benchmarking Ambiental Brasileiro 2011 – Realizado por Mais Projetos
- Prêmio Época Empresa Verde 2011 – Realização revista Época
- Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC – Realização Assembleia Legislativa de Santa Catarina
- Prêmio Empresa Exemplar da América Latina – Realização Centro Mexicano para la Filantropia (Cemefi)
- Campeãs da Inovação 2011 – Realização Revista Amanhã
- Troféu Roberto Hiraishi 2011 – 20° edição – Prêmio Brasileiro de Embalagem Embanews
- Prêmio Expressão de Ecologia 2011
- Revista Isto É Dinheiro – As melhores da Dinheiro (2° lugar em inovação e qualidade)

Gestão do Desempenho Ambiental

Conservar e preservar o meio ambiente são responsabilidades da Celulose Irani S.A. Por esse motivo, a Empresa identifica, analisa, desenvolve e investe em ações que permitem minimizar os impactos ambientais causados por suas atividades produtivas, atuando sempre em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as melhores práticas.

Como destaques na área ambiental estão os projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Usina de Co-geração e do Tratamento de Efluentes e, o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Estes projetos contribuem para minimizar o aquecimento global e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, viabilizando a comercialização de créditos de carbono.

Além de investir em tecnologias para preservar o meio ambiente, a IRANI, com o objetivo de conscientizar os colaboradores e os moradores das cidades de entorno, apóia e incentiva projetos no âmbito de educação ambiental. Por meio desses projetos, a Empresa dissemina a cultura de preservação e conservação do meio ambiente e procura fortalecer o conceito e a prática do desenvolvimento sustentável.

Indicadores de Desempenho Ambiental

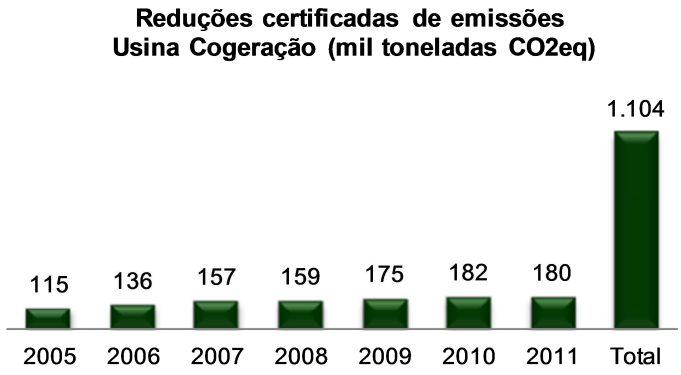
As reduções de emissões de gases de efeito estufa, na IRANI, se concretizaram com o desenvolvimento de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) de pequena escala. Com o intuito de direcionar atividades com responsabilidade socioambiental a Empresa implantou a Usina de Co-geração, em 2005, e modernizou a Estação de Tratamento de Efluentes, em 2008, projetos que permitiram a geração de créditos de carbono pelo Protocolo de Kyoto. A Empresa reconheceu em 2011 redução de

Relatório da Administração

custos com geração de créditos de carbono equivalente a R$ 2,5 milhões, já líquidos das despesas de intermediação da venda desses créditos.

MDL – Usina de Co-geração

O projeto da Usina de Co-geração, na Unidade Papel, foi aprovado em 2006 e está registrado na Organização das Nações Unidas (ONU) como "*Irani Biomass Electricity Generation Project*", disponível no *site* <http://cdm.unfccc.int/Projects/DB/DNV-CUK1146170596.51/view>.
O projeto proporciona diminuir emissões de GEE, uma vez que os insumos usados para queima no processo são procedentes de resíduos de base florestal (biomassa), substituindo o uso de recursos naturais não renováveis. Entre 2005 e 2011, as Reduções Certificadas de Emissões obtidas totalizaram 1.103.696 toneladas de CO_2eq.
O primeiro período de 7 anos de validação deste projeto encerrou em setembro de 2011 e estaremos em processo de revalidação do projeto junto a ONU em 2012.

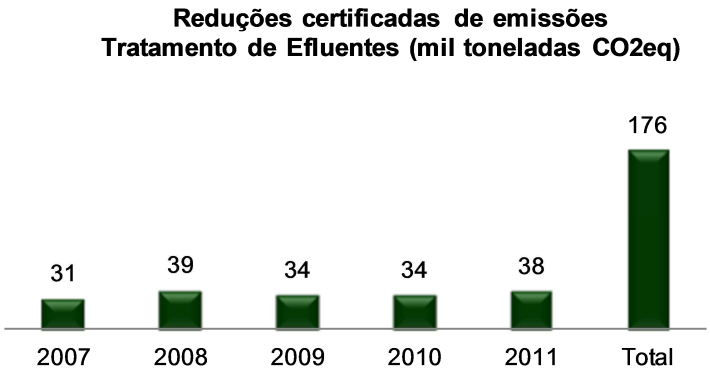


* A quantidade de créditos referente ao período de 2010 está diferente do que foi publicado no relatório anterior devido auditoria de monitoramento.

MDL – Modernização da Estação de Tratamento de Efluentes

Da mesma forma, a modernização da Estação de Tratamento de Efluentes, na Unidade Papel, está registrada na ONU como "*Irani Wastewater Methane Avoidance Project*", foi aprovado em 2008 e está disponível no *site* <http://cdm.unfccc.int/Projects/DB/DNV-CUK1194334826.24/view>.
O projeto possibilita redução de emissões de GEE com a substituição da degradação anaeróbia (sem oxigênio) pela degradação aeróbia (com oxigênio) da matéria orgânica. Entre 2007 e 2011 as Reduções Certificadas de Emissões obtidas totalizaram 175.815 toneladas de CO_2eq.

Relatório da Administração



Em 2011, as ações direcionadas ao meio ambiente receberam investimentos totais de R$ 7.899 mil. A maior parte desse recurso, R$ 3.701 mil, foi aplicada na construção da subestação rebaixadora de energia de 138 KV para 23,1 KV, que tem por objetivo tornar a empresa consumidora de 100% de energia limpa.

Inventário de GEE (Gases de Efeito Estufa)

Anualmente a Celulose Irani S.A. realiza a verificação do inventário de GEE através de organismo certificador. A auditoria é realizada de acordo com a NBR ISO 14064:2006. Durante os anos de 2006 a 2011 foi constatado que a IRANI é **carbono positivo** ou **carbono neutro por natureza**, ou seja, remove mais GEE da atmosfera do que emite.
A partir da verificação do Inventário por organismos externos, a Companhia objetiva obter uma declaração independente sobre a qualidade do inventário, para assegurar aos usuários do documento maior confiabilidade nos resultados de suas emissões. A remoção de carbono na IRANI ocorre em função do grande volume de florestas plantadas. Como benefício aos clientes da Empresa e à sociedade como um todo, para cada tonelada de papel produzido foram sequestradas em 2011 3,5 toneladas de CO_2eq.

O Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, além de orientar ações de redução de impactos ambientais, procura identificar oportunidades de novos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), aumenta a transparência em sustentabilidade ambiental da IRANI; fortalece a confiança dos investidores; auxilia na identificação de riscos e facilita o plano de gestão ambiental da Empresa. Com o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, a IRANI se tornou a primeira empresa brasileira a obter o certificado pela norma internacional ISO 14.064 (2006) relacionada à quantificação e à verificação de GEE.

Relatório da Administração

INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

Desenvolvimento Humano

O ano de 2011 encerrou com um quadro efetivo de 1.722 colaboradores . Comprometida com a melhoria do clima organizacional interno, a empresa investe em capacitação dos colaboradores, benefícios, saúde, segurança e qualidade de vida, além de priorizar a comunicação direta entre lideranças e equipes, visando sempre a Gestão Participativa e valorizando a diversidade dos seus colaboradores.

Em 2011 foram investidos R$ 10.490 mil em benefícios de alimentação, transporte, seguro de vida e plano de saúde, R$ 1.787 mil em capacitação e aprimoramento pessoal e R$ 3.197 mil no programa de participação nos resultados – PPR.

A Companhia mantém cinco programas estruturais de desenvolvimento de pessoas, alinhados a sua Missão e Visão: Programa Cresce, Programa Motiva, Programa Supera, Programa Gera e Programa Cuida. O Programa Cresce, que engloba um conjunto de capacitações e treinamentos, busca desenvolver as pessoas nas competências organizacionais e individuais. O Programa Motiva busca promover a gestão do clima organizacional, estabelecendo um ambiente de trabalho harmônico, motivador e desafiador. O Programa Supera busca avaliar o desempenho de cada um dos colaboradores da IRANI e atribuir uma remuneração variável em função da performance de cada um. O Programa Gera cujo objetivo é assegurar que todas as pessoas contratadas estejam adequadas e integradas à cultura organizacional; que possam ser acompanhadas em seu desenvolvimento e, que ao fim do vínculo profissional, a evidência de crescimento de ambos seja um dos resultados reconhecidos. E, por fim, o Programa Cuida que tem como objetivo aprimorar a cultura existente, estimulando mudanças comportamentais em relação aos temas de saúde e segurança e melhorar as condições físicas do ambiente de trabalho, tornando-os mais seguros. Com estes Programas a administração da IRANI entende que está zelando pela produção e fortalecimento do capital humano, indispensável à concretização dos planos da Companhia.

Sociedade

A Empresa preocupa-se com o bem-estar dos moradores das comunidades onde atua, e contribui para a diminuição das desigualdades sociais. Como parte de suas ações em benefício da sociedade, a Empresa incentiva e patrocina projetos educacionais, culturais e esportivos visando sempre a continuidade das ações e o auto-desenvolvimento dos públicos. Dentre os projetos desenvolvidos destacam-se a parceria com a Junior Achievement nas unidades de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul que estimula o voluntariado empresarial e a disseminação de temas relacionados à sustentabilidade;

Relatório da Administração

Programa Sesi Atleta do Futuro, em parceria com o Sesi/SC e as Prefeituras Municipais de Vargem Bonita (SC), Irani (SC) e Ponte Serrada (SC); Projeto Broto do Galho em parceria com o Sebrae/SC e novamente a Prefeitura de Vargem Bonita (SC); e o Projeto Protetor Ambiental, desenvolvido em parceria com esta mesma Prefeitura, Polícia Militar Ambiental de Concórdia (SC) e Escola de Educação Básica Galeazzo Paganelli.

Para estes projetos, outras doações e patrocínios sociais foram destinados um total de R$ 313 mil em 2011.

INVESTIMENTOS

A Cia mantém sua estratégia de investir na modernização e automação dos seus processos produtivos. Os investimentos realizados contabilmente em 2011 somaram R$ 44.305 mil, assim distribuídos:

Terrenos	R$ 5.473 mil
Prédios	R$ 41 mil
Equipamentos	R$ 27.930 mil
Bens em arrendamento mercantil	R$ 2.564 mil
Reflorestamento	R$ 7.818 mil
Investimento em desenvolvimento	R$ 479 mil
Total	**R$ 44.305 mil**

Os investimentos deste ano foram direcionados basicamente ao encerramento de alguns projetos iniciados em 2010 e, em melhorias e substituições necessárias ao bom andamento dos equipamentos e estruturas físicas da Companhia. Um dos investimentos mais importantes foi a aquisição de uma subestação para interligação da planta industrial de Vargem Bonita – SC à rede de energia 138KV.

MERCADO DE CAPITAIS

O capital social da Irani é representado por 8.104.500 de ações, sendo 7.463.987 (92%) ordinárias e 640.513 (8%) preferenciais.

Recompra de ações de emissão própria
O Conselho de Administração aprovou em 24.11.2010 um programa de recompra de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação. Foi autorizada a aquisição de até 62.356 ações ordinárias e de até 18.645 ações preferenciais, representando 10% de cada espécie de ações em circulação no mercado

Relatório da Administração

(data-base 30.09.2010). O programa foi concluído em 23 de novembro de 2011, sendo que foram adquiridas 62.300 ações ordinárias, nominativas escriturais e 13.700 ações preferenciais, nominativas escriturais. As ações adquiridas no âmbito deste Programa correspondem a 9,05% das ações ordinárias em circulação e 7,31% das ações preferenciais em circulação na data de encerramento do Programa. A decisão sobre a alienação ou cancelamento das ações objeto do programa será tomada oportunamente e comunicada ao mercado.

Dividendos
A Administração da Companhia está propondo para aprovação da Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2011, no valor de R$ 9.761 mil, correspondentes a R$ 1,33 por ação preferencial e R$ 1,21 por ação ordinária. Sobre estes valores não haverá incidência de Imposto de Renda.

Juros Sobre Capital Próprio
Em 16 de novembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio referente ao período de janeiro a outubro de 2011 no montante bruto de R$ 5.000 mil, correspondente a R$ 0,62313852943 por ação, ordinária e preferencial. Sobre este valor distribuído foi retido R$ 750 mil de Imposto de Renda, conforme determina a legislação vigente. O pagamento foi efetuado no próprio exercício de 2011 à conta de cada acionista, deduzindo-se os 15% referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, observando-se os limites dos dividendos estatutários.

SERVIÇOS DE AUDITORIA

No ano de 2011 ocorreram por parte dos nossos Auditores Independentes prestações de serviços de consultoria para elaboração do diagnóstico para a implantação do IFRS – *International Financial Reporting Standards*, e para adoção dos Pronunciamentos dos CPCs. Este trabalho teve início em 2008 e continuou durante 2009, 2010 e 2011.

PERSPECTIVAS
As expectativas são de um crescimento moderado para o ano de 2012, principalmente devido a um 1º semestre menos aquecido. As taxas de juros que estão em declínio devem estimular o investimento e o consumo, impactando positivamente no Segmento Embalagem PO, especialmente a partir da segunda metade do ano. No mesmo sentido, o aumento da renda da população brasileira e o pleno emprego devem favorecer o setor de Papel e Embalagens PO. O cenário externo permanece incerto, especialmente devido a crise fiscal na Europa, e pode trazer volatilidade aos mercados. Acreditamos que o ano de 2012 seguirá na tendência positiva dos anos anteriores.

Relatório da Administração

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a cada um dos nossos colaboradores pelo empenho neste período, aos nossos acionistas pela confiança, e aos nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras e comunidades de entorno, pelo apoio e parceria, indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento da Celulose Irani S.A. durante o ano de 2011.

Porto Alegre, março de 2012.
A DIRETORIA.

Notas Explicativas

CELULOSE IRANI S.A.

INDÍCES DE NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
7. ESTOQUES
8. IMPOSTOS A RECUPERAR
9. BANCOS CONTA VINCULADA
10. OUTROS ATIVOS
11. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVO
13. INVESTIMENTOS
14. IMOBILIZADO
15. ATIVO BIOLÓGICO
16. CAPTAÇÕES
17. DEBÊNTURES
18. FORNECEDORES
19. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS
20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO
21. PARTES RELACIONADAS
22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
24. LUCRO POR AÇÃO
25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS
26. DESPESAS POR NATUREZA
27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
30. SEGUROS
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
32. SEGMENTOS OPERACIONAIS
33. OPERAÇÃO DESCONTINUADA
34. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL
35. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL
36. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA
37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. ("Companhia") é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA") e com sede na Rua General João Manoel, n°157, 9° andar, município de Porto Alegre, RS. A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de papel, embalagem de papelão ondulado, industrialização de produtos resinosos e seus derivados, bem como o comércio de móveis com predominância de madeira. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa n°4.

Sua controladora é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de fevereiro de 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais divergem das práticas do IFRS apresentadas nas demonstrações financeiras separadas quanto a avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, onde seriam registrados a custo ou valor justo, em conformidade com o IFRS.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas controladores, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis

Notas Explicativas

adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e o ativo biológico mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas:

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

Norma	**Principais exigências**	**Data de entrada em vigor**
Melhorias nas IFRSs – 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Alterações à IFRS 7	Divulgações – transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de práticas por parte da Companhia.

Norma	**Principais exigências**	**Data de entrada em vigor**
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012

Notas Explicativas

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IAS 28 (Revisado 2011) "Investimentos em Coligadas Entidades com Controle Compartilhado"	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 (Revisado 2011), "Demonstrações Financeiras Separadas"	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas"	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 "Contratos Compartilhados"	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de "ativos com controle compartilhado", mantendo apenas "operações com controle compartilhado" e "entidades com controle compartilhado".	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 "Divulgações de Participações em Outras Entidades"	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 "Mensurações ao Valor Justo"	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações ao IAS 19 "Benefícios aos Empregados"	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Alterações ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários ('CVM') de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board ('IASB'), é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior há 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as

Notas Explicativas

perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

e) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

g) Propriedade para investimentos

O imóvel classificado como propriedade para investimento está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Notas Explicativas

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

h) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

i) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pínus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pínus estão localizadas próximas a fábrica de Celulose e Papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo menos as despesas de venda periodicamente, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos.

j) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não circulantes para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

k) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é

Notas Explicativas

diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A.e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08% e a Irani Trading S.A. adota a taxa presumida de 10,88%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, reserva de reavaliação e dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

l) Empréstimos e financiamentos, debêntures, cédula de crédito imobiliário – CCI e certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

m) Instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo na data do balanço em contrapartida de receitas ou despesas financeiras no resultado do período.

n) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do período. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 14.

Notas Explicativas

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

Como arrendador

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

o) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos

Notas Explicativas

e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

r) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

s) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

t) Lucro por ação básico e diluído

Calculado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

Notas Explicativas

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	2011	2010
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	99,98	99,98
Meu Móvel de Madeira LTDA.	99,93	99,93
HGE - Geração de Energia Sustentável LTDA.	99,98	99,98
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA.	99,99	-

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão relacionadas na nota explicativa n° 13.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Fundo fixo	16	17	21	21
Bancos	1.272	2.195	2.477	2.445
Aplicações financeiras	71.208	36.979	72.224	37.896
	72.496	39.191	74.722	40.362

As aplicações financeiras são remuneradas com renda fixa – CDB, a taxa média de 102,5% do CDI.

Notas Explicativas

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	89.957	77.572	94.577	82.357
Clientes - mercado externo	4.152	2.895	4.198	2.949
Controladas	1.905	2.132	-	-
	96.014	82.599	98.775	85.306
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.834)	(5.696)	(6.544)	(6.406)
	90.179	76.903	92.231	78.900

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
À vencer	81.929	73.687	83.628	75.644
Vencidos até 30 dias	6.769	2.113	7.125	2.203
Vencidos de 31 a 60 dias	386	524	386	563
Vencidos de 61 a 90 dias	115	288	124	288
Vencidos de 91 a 180 dias	162	48	180	48
Vencidos há mais de 180 dias	6.652	5.939	7.331	6.560
	96.014	82.599	98.775	85.306

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 53 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Saldo no início do exercício	(5.696)	(5.326)	(6.406)	(6.042)
Provisões para perdas reconhecidas	(146)	(571)	(146)	(571)
Valores recuperados no período	8	201	8	207
Saldo no final do exercício	(5.834)	(5.696)	(6.544)	(6.406)

Parte dos recebíveis no valor de R$ 42.308, estão cedidos como garantia de algumas operações financeiras, dentre elas cessão fiduciária de 25% do valor do saldo devedor principal das debêntures (nota explicativa 17), e também cessão fiduciária de 3 (três) parcelas de aluguel da operação CCI (nota explicativa 16).

Notas Explicativas

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Produtos acabados	5.486	6.237	7.442	7.975
Materiais de produção	18.364	20.370	18.364	20.370
Materiais de consumo	11.890	10.340	11.924	10.340
Outros estoques	626	280	626	322
	36.366	37.227	38.356	39.007

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o ano em relação às operações continuadas foi de R$ 345.377 (R$ 312.425 em 2010) no individual e R$ 353.393 (R$ 320.090 em 2010) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido como despesa não inclui nenhuma redução referentes a perdas de estoques ao valor líquido realizável. A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
ICMS sobre aquisição de imobilizado	3.457	5.286	3.463	5.298
ICMS	321	888	341	888
IPI	5.547	4.147	5.547	4.147
Imposto de renda	908	548	908	550
Contribuição social	338	152	338	153
Imposto de renda retido na fonte	245	-	245	-
Outros	7	15	7	15
	10.823	11.036	10.849	11.051
Parcela do circulante	8.661	8.635	8.687	8.650
Parcela do não circulante	2.162	2.401	2.162	2.401

Os créditos de ICMS sobre aquisição de imobilizado são gerados em relação às compras de bens para o ativo da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.
Os créditos de IPI são gerados em relação às aquisições de insumos utilizados no processo produtivo e são utilizados para compensar débitos gerados pelas operações de venda de cada unidade produtiva.

Notas Explicativas

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Banco do Brasil - Nova York - a)	3.840	5.976
Banco Credit Suisse - Brasil - b)	4.834	4.508
	8.674	10.484
Parcela do circulante	5.143	6.419
Parcela do não circulante	3.531	4.065

a) Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em fevereiro de 2012.

b) Banco Credit Suisse Brasil – representado por valores retidos em aplicações financeiras para garantir Swap de Fluxo de Caixa. Este valor está classificado no curto e no longo prazo em relação às parcelas de resgate previstas no contrato. Os resgates estão ocorrendo em 8 parcelas semestrais, que iniciaram em setembro de 2011. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB, equivalente a 108% do CDI.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Créditos de carbono	6.378	5.789	6.378	5.789
Adiantamento a fornecedores	1.412	347	1.425	357
Créditos de funcionários	982	833	1.004	835
Renegociação de clientes	3.309	3.625	3.340	3.656
Despesas antecipadas	1.025	2.296	1.057	2.298
Outros créditos	494	520	567	628
	13.600	13.410	13.772	13.563
Parcela do circulante	12.205	8.319	12.350	8.445
Parcela do não circulante	1.395	5.091	1.422	5.118

Créditos de carbono – a Companhia possui projetos geradores de créditos de carbono originados pela diminuição de gases de efeito estufa como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela instalação da Usina de Co-geração e pela Estação de Tratamento de Efluentes na unidade Papel em Vargem Bonita, SC. Esses créditos são

Notas Explicativas

comercializados através de contratos firmados, no âmbito do protocolo de Kyoto, com empresas localizadas em países considerados desenvolvidos obrigados a redução de emissões. Os créditos são reconhecidos conforme regime de competência como redução dos custos do processo produtivo e são mensurados de acordo com a metodologia aprovada no protocolo de Kyoto para cada projeto, considerando o valor provável de realização estimado com base nos contratos firmados. Em 31 de dezembro de 2011 a grande maioria dos créditos que são os volumes gerados até outubro de 2011, já se encontravam auditados pela *DNV - DET NORSKE VERITAS CERTIFICATION AS*, e estavam aguardando a emissão dos respectivos créditos para serem negociados. A Administração espera que estes créditos sejam emitidos em um período inferior a 12 meses.

Renegociação de clientes - se refere a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em novembro de 2014 e a taxa média de atualização é de 2% a.m., reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos tem cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

Despesas antecipadas – se refere principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

11. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em outubro de 2010 foram encerradas as atividades de fabricação de móveis em Rio Negrinho, SC. Os ativos daquela unidade foram avaliados pela Administração e foram classificados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010, como mantidos para venda pelo valor residual contábil na data do balanço, visto que as avaliações feitas apontaram valor de mercado líquido de comissões e custos para comercialização acima deste valor residual contábil. Os estoques estão classificados pelo seu valor contábil de aquisição, e a Administração avalia como recuperáveis pela sua venda no mercado.

Esta operação não apresentava passivos em 31 de dezembro de 2011.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Estoques	195	530
Imobilizado	657	6.560
Ativos de operação descontinuada	852	7.090

Notas Explicativas

Em 2011, parte dos imóveis daquela unidade foram alugados para operações de empresas da região, até que as condições de venda dos mesmos sejam favoráveis para a Companhia. Desta forma os mesmos estão sendo reclassificados nessas demonstrações para Propriedade para Investimento conforme abaixo.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Imobilizado - Edificações	4.997	-
Total de propriedade para investimento	4.997	-

As receitas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugada são reconhecidas no resultado em cada período de competência.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	11.261	9.203	11.293	9.206
Sobre prejuízo fiscal	932	1.272	932	1.272
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	4.054	3.316	4.071	3.316
Sobre base de cálculo negativa	336	458	336	458
	16.583	14.249	16.632	14.252

A Administração reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Período	Valor R$
2012	5.109
2013	1.902
2014	2.245
2015	4.350
2016	3.026
	16.632

Notas Explicativas

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo, é assim demonstrada :

Controladora	Saldo incial	Reconhecido no Resultado	Saldo Final
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisão para participações	883	138	1.021
Provisão para riscos diversos	11.343	2.818	14.161
Outros	293	(159)	134
Total diferenças temporárias	12.519	2.797	15.316
Prejuízos fiscais	1.730	(463)	1.267
	14.249	2.334	16.583

Consolidado	Saldo incial	Reconhecido no Resultado	Saldo Final
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisão para participações	883	138	1.021
Provisão para riscos disversos	11.343	2.818	14.161
Outros	296	(113)	183
Total diferenças temporárias	12.522	2.843	15.365
Prejuízos fiscais	1.730	(463)	1.267
	14.252	2.380	16.632

13. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Meu Móvel de Madeira	HGE Geração de Energia	Iraflor Comércio de Madeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2009	99.827	76.047	-	3.529	-	179.403
Aumento de capital	-	-	1.467	-	-	1.467
Resultado da equivalência patrimonial	28.150	11.776	43	-	-	39.969
Dividendos propostos	(8.018)	(2.772)	-	-	-	(10.790)
Em 31 de dezembro de 2010	119.959	85.051	1.510	3.529	-	210.049
Resultado da equivalência patrimonial	10.589	11.922	(151)	-	594	22.954
Dividendos propostos	(28.023)	(12.090)	-	-	-	(40.113)
Aporte de Capital	-	-	-	-	37.536	37.536
Adiantamento para futuro aumento de Capital	12.510	5.640	-	-	-	18.150
Em 31 de dezembro de 2011	115.033	90.523	1.359	3.529	38.130	248.575
Capital social integralizado	28.260	41.226	4.300	4.010	37.540	
Patrimônio líquido	115.034	90.536	1.360	3.530	38.134	
Resultado do período	10.590	11.923	(147)	-	594	
Participação no capital em %	99,99	99,98	99,93	99,98	99,99	

A controlada Habitasul Florestal S.A., realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas.

Notas Explicativas

A controlada Irani Trading S.A., realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

A controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., realiza operações de administração e comercialização de florestas para a controladora Celulose Irani S.A. e também para o mercado.

A controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda., realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa continua em fase pré-operacional e avalia os projetos para implementá-los.

14. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	2011			2010
Controladora	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	123.901	-	123.901	123.894
Prédios e construções	36.268	(7.154)	29.114	28.136
Equipamentos e instalações	515.845	(189.073)	326.772	344.035
Veículos e tratores	1.774	(1.278)	497	513
Outras imobilizações*	13.160	(8.508)	4.651	4.757
Imobilizações em andamento	20.614	-	20.614	5.216
Adiantamento fornec. de imobilizado	759	-	759	6.740
Bens contratados em leasing financeiro	27.780	(11.188)	16.592	17.745
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.061	(2.034)	14.027	14.669
	756.161	(219.235)	536.927	545.705

Notas Explicativas

	2011			2010
Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	174.487	-	174.487	169.014
Prédios e construções	147.777	(30.405)	117.372	118.624
Equipamentos e instalações	515.971	(189.103)	326.868	344.115
Veículos e tratores	1.877	(1.293)	584	603
Outras imobilizações*	15.851	(8.267)	7.583	5.076
Imobilizações em andamento	21.024	-	21.024	7.736
Adiantamento fornec. de imobilizado	759	-	759	6.741
Bens contratados em leasing financeiro	27.904	(11.195)	16.709	17.745
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.062	(2.034)	14.028	14.669
	921.711	(242.297)	679.414	684.323

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, softwares e equipamentos de informática.

Síntese da movimentação do imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Saldo inicial	545.705	570.282	684.323	709.409
Adições	38.111	19.926	44.305	20.882
Baixas	(10.957)	(12.085)	(11.089)	(12.587)
Depreciação	(35.932)	(32.418)	(38.125)	(33.381)
Saldo final	536.927	545.705	679.414	684.323

b) Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %
Prédios e construções *	2,25
Equipamentos e instalações **	6,45
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71
Veículos e tratores	20,00

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

Notas Explicativas

c) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel e Embalagem em Vargem Bonita – SC e da Unidade Embalagem em Indaiatuba – SP. Durante o período, foram capitalizados custos com taxa média de 9,18%, de empréstimos utilizados especificamente para financiar a execução de alguns projetos de investimentos, no montante de R$ 1.764.

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos nas Unidades Papel e Embalagem de Vargem Bonita – SC.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como empréstimos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem em Indaiatuba-SP que é depreciada pelo método linear a taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

d) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações de seus ativos em 31 de dezembro de 2011.

e) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui certos ativos imobilizados em garantia de operações financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 16 e 17.

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Custo de formação dos ativos biológicos	36.489	40.789	74.107	44.003
Diferencial do valor justo	92.027	120.662	165.890	194.212
Ativo biológico a valor justo	128.516	161.451	239.997	238.215

A Companhia considera que deste total de ativos biológicos, R$ 161.188 são florestas utilizadas como materia-prima para produção de celulose e papel, dos quais, R$ 114.745 se referem a florestas formadas que possuem mais de 6 anos. O restante dos valores se referente a florestas em formação, as quais ainda necessitam de tratos silviculturais. Esses ativos estão localizados próximos a fábrica de Vargem Bonita, SC, onde são consumidos.

Os ativos biológicos utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R$ 78.809, e estão localizados no litoral do RS.
A colheita destas florestas é realizada principalmente em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, no ativo biológico de SC, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende a demanda de produção da unidade produtiva. Já para os ativos biológicos do RS, a extração de resina é realizada em função da capacidade de geração da floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

(i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
(ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
(iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotado sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas, e suprir o abastecimento exigido pela indústria;

Notas Explicativas

(iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados em cada período de análise, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;

(vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;

(vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos periodicamente, considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Entre as principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos estão a remuneração dos ativos próprios que contribuem, a taxa de 3% a.a, e a taxa de desconto, de 8% a.a em 2011.

As avaliações dos valores justos dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram realizadas por consultores especializados contratados pela administração, e devido às variações de premissas e o crescimento das florestas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou neste exercício, um ganho, conforme demonstrado abaixo.

Neste exercício a Companhia não observou nenhum evento que impactasse a valorização do ativo biológico, como temporais, raios e outros que podem afetar as florestas.

Notas Explicativas

b) Principais movimentações

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial 01.01.2010	143.881	199.743
Plantio	3.737	3.970
Exaustão		
Custo histórico	(2.169)	(2.758)
Valor justo	(5.335)	(13.478)
Variação do valor justo	21.337	50.738
Saldo em 31.12.10	161.451	238.215
Plantio	4.536	4.857
Exaustão		
Custo histórico	(1.452)	(3.867)
Valor justo	(4.832)	(13.535)
Transferência para capitalização em controlada	(37.536)	-
Variação do valor justo	6.349	14.327
Saldo em 31.12.11	128.516	239.997

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 03 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a integralização de capital na Iraflor Comércio de Madeiras Ltda, através da transferência de ativos florestais de propriedade da Companhia. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais e a captação de recursos através de CDCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

c) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia possui certos ativos biológicos em garantias de operações financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 16 e 17.

d) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas sejam colhidos.

Notas Explicativas

16. CAPTAÇÕES

	Controladora		Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10	
Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	8.604	10.252	8.604	10.252	a)
Capital de giro	30.171	63.308	30.666	63.308	b)
Capital de giro - CDCA	15.505	-	15.505	-	c)
Leasing financeiro	1.065	602	1.102	602	d)
Cédula de crédito imobiliário - CCI	-	-	13.258	13.258	e)
Total moeda nacional	55.345	74.162	69.135	87.420	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	2.475	2.199	2.475	2.199	f)
Adiantamento contrato de câmbio	5.641	322	5.641	322	g)
Banco Votorantim	-	1.186	-	1.186	
DF Deutsche Forfait s.r.o.	-	347	-	347	
Toronto Dominion Bank	177	310	177	310	h)
Banco Credit Suisse	20.256	16.824	20.256	16.824	i)
Banco C.I.T.	942	863	942	863	j)
Banco Santander (Brasil)	1.638	1.400	1.638	1.400	k)
Banco Santander	2.014	1.840	2.014	1.840	l)
Banco Santander PPE	-	2.201	-	2.201	
Total moeda estrangeira	33.143	27.492	33.143	27.492	
Total do circulante	88.488	101.654	102.278	114.912	
Não Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	9.240	15.066	9.240	15.066	a)
Capital de giro	25.643	5.174	25.643	5.174	b)
Capital de giro - CDCA	78.367	-	78.367	-	c)
Leasing financeiro	1.416	694	1.492	694	d)
Cédula de crédito imobiliário - CCI	-	-	8.839	22.097	e)
Total moeda nacional	114.666	20.934	123.581	43.031	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	1.164	3.601	1.164	3.601	f)
Toronto Dominion Bank	-	155	-	155	h)
Banco Credit Suisse	53.600	63.090	53.600	63.090	i)
Banco C.I.T.	-	863	-	863	j)
Banco Santander (Brasil)	1.638	2.800	1.638	2.800	k)
Banco Santander	-	1.840	-	1.840	l)
Total moeda estrangeira	56.402	72.349	56.402	72.349	
Total do não circulante	171.068	93.283	179.983	115.380	
Total	259.556	194.937	282.261	230.292	

Notas Explicativas

Vencimentos no longo prazo:	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
2012	-	22.441	-	35.699
2013	43.564	20.509	52.403	29.348
2014	49.400	24.547	49.400	24.547
2015	47.524	22.600	47.524	22.600
Acima	30.580	3.186	30.656	3.186
	171.068	93.283	179.983	115.380

Captações em moeda nacional:

a) Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 8,90% a.a., com vencimento final em 2019.

b) Capital de giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 11,63% a.a. com vencimento final no segundo semestre de 2015.

c) Capital de giro – CDCA

Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, no valor nominal de R$ 90.000 em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O CDCA tem a ele vinculado os direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produtor Rural Física (“CPR”), emitida pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. que tem como credora a Celulose Irani S.A., nos termos da Lei n° 8.929 de 22 de agosto de 1994.

Esta operação será liquidada em 6 parcelas anuais a partir de junho de 2012, atualizável pelo IPCA, acrescida de 10,22% a.a.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R$ 3.636 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16,15%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	874
2013	762
2014	634
2015 e acima	904
	3.174

d) Leasing financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 17,09% a.a. com vencimento final em 2014.

Notas Explicativas

e) Cédula de crédito imobiliário – CCI

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A.

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R$ 40.833, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa de 14,70% a.a.

Essa operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R$ 1.364 cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Captações em moeda estrangeira:

As captações em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2011 estão atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros médios de 9,40% a.a. para operações em dólar e de 5,21% a.a. para operações em Euro.

f) Leasing financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013.

g) Adiantamento contrato de câmbio atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcela única, com vencimento no segundo semestre de 2012.

h) Toronto Dominion Bank, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no primeiro semestre de 2012.

i) Banco Credit Suisse, principal atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2015, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação. Os juros incidentes sobre esta operação não sofrem variação cambial, conforme contrato de swap descrito na nota explicativa nº 31.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R$ 5.310 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 19,12%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Notas Explicativas

Ano	Principal
2012	964
2013	1.063
2014	1.284
2015	1.469
	4.780

j) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.

k) Banco Santander (Brasil), atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.

l) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.

Garantias:

A Companhia mantém em garantia das operações aval dos controladores e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas), penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor de R$ 116.183. Outras operações mantém garantias específicas conforme segue:

i) Para Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), a Companhia constituiu garantias reais em montante aproximado de R$ 91.631 sendo:

- Cessão Fiduciária em favor do credor sobre direitos creditórios oriundos das CPRs – Cédulas de Produtor Rural a ele vinculado.
- Hipoteca em favor dos Bancos de alguns imóveis da Companhia, equivalentes a 9.500 hectares.
- Alienação fiduciária de florestas de Pínus e Eucalipto existentes sobre os imóveis objeto de hipoteca, de propriedade da Emitente.

ii) Para Cédula de crédito imobiliário – CCI, a Companhia constituiu garantias reais em favor da Securitizadora em montante aproximado de R$ 35.555, sendo:

- Hipoteca de alguns imóveis da Celulose Irani S.A, objeto das matrículas nº 2.479, 2.481 e 8.535 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC.
- Penhor Agrícola dos ativos florestais (pínus e eucaliptos) existentes nas áreas objeto de hipoteca, relacionadas no item anterior.
- Cessão Fiduciária de Bens e Direitos representada por Caução de Duplicatas, em montante equivalente a 3(três) parcelas mensais devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

iii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da

Notas Explicativas

controlada Habitasul Florestal S.A., alguns terrenos com suas respectivas florestas da Celulose Irani S.A., máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba – SP e caldeira 11 marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da Unidade Papel no valor de R$ 185.079. Além dessas, estão em garantida as ações que a Irani Participações S.A. detém da Companhia.

iv) Em garantia a operação do Banco Santander (Brasil) foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co-Geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas conforme abaixo:

i) Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio)

a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: (i) para, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x; (ii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré-estabelecido relativo ao Trimestre Referência.

b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres fiscais findos em, 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.

c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em dezembro de 2011 A Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

Notas Explicativas

ii) Cédula de crédito imobiliário – CCI

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste período e estão apresentadas abaixo:

a) A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 3,00x; (ii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.

b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a: (i) para 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.

c) A relação entre o EBITDA dos Últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

iii) Banco Credit Suisse

a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de (i) 3,0 vezes para 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012; (ii) 2,75 vezes para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012; (iii) 2,50 vezes para os trimestres subsequentes até 2015.

b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de no mínimo 2,50 vezes para 31 de dezembro de 2011 e subsequentes até 2015;

Notas Explicativas

c) Dívida líquida ao final de cada ano fiscal não poderá exceder US$ 170 milhões. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.

d) Os gastos com investimentos não poderão ser superiores a 70% do valor da depreciação somada a exaustão e amortização. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.

A Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Credit Suisse, exceto o índice previsto no item b) descrito acima, para o qual em 31 de dezembro de 2011, foi obtido "*waiver*" junto ao credor, válido exclusivamente para este índice nesta data.

iv) Banco Santander (Brasil) (verificação realizada somente no final de cada exercício).

a) Margem de EBITDA igual ou maior a 17%;
b) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3 vezes;
c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível conforme definido em contrato.

A Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Santander (Brasil).

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.
CDI – Certificado de depósito interbancário
EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.
ROL – Receita operacional líquida

17. DEBÊNTURES

Primeira Emissão de Debêntures da Celulose Irani S.A.

A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R$ 100.000. As debêntures vencerão em março de 2015 e estão sendo amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% a.a. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R$ 2.827 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subseqüente:

Notas Explicativas

Ano	Principal
2012	856
2013	852
2014	892
2015	227
	2.827

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor de R$ 161.049, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R$ 26.527.
- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R$ 40.000.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste período e estão apresentadas abaixo:

a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: (i) para 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x; (ii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos

Notas Explicativas

últimos 12 meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.

b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.

c) A relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

Primeira Emissão de Debêntures da Irani Trading S.A.

A Companhia emitiu debêntures simples em 19 de agosto de 2010, não conversíveis em ações, cuja integralização foi feita pela controlada Irani Trading S.A., pelo valor de R$ 40.000. As debêntures vencerão em parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R$ 1.902 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 9,62%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2013	232
2014	588
2015	1.082
	1.902

Esta emissão não contém garantias nem cláusulas financeiras restritivas.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
Ano	2011	2010	2011	2010
2011	-	12.788	-	12.788
2012	25.226	25.445	25.226	25.445
2013	24.999	25.617	24.999	25.617
2014	24.603	25.503	24.603	25.503
2015	57.626	53.076	11.653	11.559
	132.453	142.429	86.480	100.912
Parcela do circulante	26.000	12.788	26.000	12.788
Parcela do não circulante	106.453	129.641	60.480	88.124

18. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
CIRCULANTE	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Interno				
Materiais	26.377	32.114	27.741	32.695
Ativo imobilizado	1.975	291	1.975	291
Prestador de serviços	2.451	2.100	2.603	2.160
Transportadores	5.211	4.267	5.271	3.825
Partes relacionadas	6.653	1.390	-	-
Externo				
Materiais	123	661	123	661
	42.790	40.823	37.713	39.632

19. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

A Companhia optou pelo REFIS, normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, para parcelamento de seus tributos. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC.

A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo e sobre o mesmo incidem juros de 2% ao mês, amortizado mensalmente.

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

Notas Explicativas

CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Parcelamento REFIS INSS	-	580	-	674
Parcelamento REFIS Receita Federal	2.148	1.409	2.177	1.418
Parcelamento ICMS	1.693	1.321	1.693	1.321
Parcelamento INSS Patronal	721	700	812	700
	4.562	4.010	4.682	4.113

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Parcelamento REFIS INSS	-	-	-	608
Parcelamento REFIS Receita Federal	6.200	8.273	6.253	8.353
Parcelamento ICMS	2.784	3.509	2.784	3.509
Parcelamento INSS Patronal	1.682	2.154	1.802	2.154
	10.666	13.936	10.839	14.624

Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2012	-	2.014	-	2.104
2013	2.912	2.014	3.031	2.104
2014	2.327	2.014	2.381	2.104
2015	787	1.687	787	1.777
Acima	4.639	6.207	4.639	6.535
	10.666	13.936	10.839	14.624

INSS – Refere-se a parcelamento Previdenciário da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em novembro de 2009.

Receita Federal – Refere-se a parcelamento de Tributos Federais da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em novembro de 2009, e parcelamento de outros débitos de IPI no montante atualizado de R$ 8.348 sendo R$ 3.252 de principal e R$ 5.096 de multas e de juros de mora. Este valor está sendo pago em 180 parcelas e atualizado pela SELIC.

INSS Patronal – Refere-se a parcelamento Previdenciário de novembro e dezembro de 2008.

Notas Explicativas

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

A Companhia adotou para os exercícios de 2010 e de 2011 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, ajustados pela revisão da vida útil do imobilizado, tratado como RTT (Regime Tributário de Transição) e registrado nesta mesma conta.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado e a reserva de reavaliação foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

Os saldos dos impostos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são compostos conforme:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	3.945	8.364	5.477	8.757
Valor Justo dos ativos biológicos	30.224	30.165	31.737	31.635
Custo Atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	83.439	83.457	104.456	104.439
Reserva de reavaliação	4.123	4.258	4.123	4.258
Subvenção governamental	709	-	709	-
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.420	3.011	1.971	3.153
Valor Justo dos ativos biológicos	10.878	10.858	11.695	11.653
Custo Atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	30.039	30.047	37.603	37.599
Reserva de reavaliação	1.484	1.533	1.484	1.533
Subvenção governamental	256	-	256	-
	166.517	171.693	199.511	203.027

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo, é assim demonstrada :

Notas Explicativas

Controladora	Saldo incial	Reconhecido no Resultado	Saldo Final
Impostos diferidos passivos com relação a:			
Variação cambial reconhecida por caixa	11.375	(6.010)	5.365
Valor justo dos ativos biológicos	41.023	79	41.102
Custo atribuído do ativo biológico e revisão de vida útil	113.504	(26)	113.478
Reserva de reavaliação	5.791	(184)	5.607
Subvenção governamental	-	965	965
	171.693	(5.176)	166.517

Consolidado	Saldo incial	Reconhecido no Resultado	Saldo Final
Impostos diferidos passivos com relação a:			
Variação cambial reconhecida por caixa	11.910	(4.462)	7.448
Valor justo dos ativos biológicos	43.288	144	43.432
Custo atribuído do ativo biológico e revisão de vida útil	142.038	21	142.059
Reserva de reavaliação	5.791	(184)	5.607
Subvenção governamental	-	965	965
	203.027	(3.516)	199.511

Notas Explicativas

21. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar		Debêntures a pagar		Mútuo passivo	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Irani Trading S.A.	3.775	-	1.400	1.389	45.973	41.516	2.109	4.345
Habitasul Florestal S.A.	3.972	4.369	375	456	-	-	-	13.258
HGE - Geração de Energia	-	-	920	1.387	-	-	-	-
Meu Móvel de Madeira	1.905	2.132	-	-	-	-	-	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	4.877	-	-	-	-	-
Fazenda São Clemente	-	-	-	149	-	-	-	-
Participação dos administradores	-	-	5.279	3.818	-	-	-	-
Total	9.652	6.501	12.851	7.199	45.973	41.516	2.109	17.602
Parcela circulante	(9.652)	(6.501)	(12.851)	(7.050)	-	-	-	-
Parcela não circulante	-	-	-	-	45.973	41.516	2.109	17.602

Controladora	Receitas		Despesas	
	2011	2010	2011	2010
Irani Trading S.A.	-	-	17.188	17.569
Habitasul Florestal S.A.	-	-	2.882	841
Meu Móvel de Madeira	61	4.400	-	3.437
Irani Participações	-	-	571	480
Companhia Com.de Imóveis	-	-	-	447
Fazenda São Clemente	-	-	-	1.341
Remuneração dos administradores	-	-	4.432	4.653
Participação dos administradores	-	-	1.461	3.818
Total	61	4.400	26.534	32.586

Consolidado	Contas a pagar		Despesas	
	2011	2010	2011	2010
Irani Participações	-	-	571	480
Companhia Com.de Imóveis	-	-	-	447
Fazenda São Clemente	-	149	-	1.341
Remuneração dos administradores	-	-	4.815	5.003
Participação dos administradores	5.279	3.818	1.461	3.818
Total	5.279	3.967	6.847	11.089
Parcela circulante	(5.279)	(3.967)		

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Meu Móvel de Madeira LTDA., são decorrentes de operações comerciais entre as partes, sendo assim não há incidência de encargos nem vencimento final definido.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita, SC, o qual está locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de outubro de 2009, e aditado em 24 de março de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. com vencimento descrito na nota 17.

Notas Explicativas

Em 03 de junho e em 31 de agosto de 2011 a Companhia transferiu para a Iraflor R$ 37.475 em florestas plantadas para integralização de capital. Em 16 de junho de 2011, a controlada Iraflor emitiu Cédulas de Produtor Rural Física (CPR) com vencimento final em junho de 2018 e que representam os direitos da Companhia de receber madeira neste período. Tendo os direitos creditórios oriundos dos CPRs, a Companhia emitiu em 20 de junho de 2011, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O débito junto a HGE Geração de Energia Sustentável Ltda é decorrente de valor a integralizar de capital social referente alteração contratual com aumento de capital a ser integralizado até final do ano de 2012.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários e a remuneração variável de longo prazo da diretoria.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R$ 4.815 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 5.003 em 2010). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011 no valor máximo de R$ 5.500.

Adicionalmente foi destacada Participação dos Administradores referente ao resultado do exercício de 2011, no montante de R$ 1.461, equivalente a 10% do resultado líquido do exercício, conforme previsão estatutária da Companhia. Sua distribuição se dará aos administradores conforme programa de remuneração variável de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração. Atualmente a Companhia não possui outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações a seus administradores.

22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Provisão cíveis	1.308	7.669	1.308	7.669
Provisão trabalhistas	499	508	566	575
Provisão tributárias	39.843	31.685	39.843	31.684
Total	41.650	39.862	41.717	39.928
Depósitos Judiciais	996	7.337	1.258	7.513

Movimentação do saldo da provisão

Controladora	31.12.10	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.11
Cível	7.669	138	-	(6.499)	1.308
Trabalhista	508	19	(28)	-	499
Tributária	31.685	9.463	(703)	(602)	39.843
	39.862	9.620	(731)	(7.101)	41.650

Consolidado	31.12.10	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.11
Cível	7.669	138	-	(6.499)	1.308
Trabalhista	575	19	(28)	-	566
Tributária	31.684	9.464	(703)	(602)	39.843
	39.928	9.621	(731)	(7.101)	41.717

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

a) Os processos cíveis relacionam-se, dentre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 31 de dezembro de 2011, havia R$ 1.308 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R$ 626, classificados no Ativo não Circulante. No exercício de 2011, a Companhia compensou provisão registrada relativa a aluguéis de exercícios passados, registrados em função de uma ação cível, com os respectivos depósitos judiciais por reversão desses em nome da outra parte. Esta compensação não impactou o resultado do período.

b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia provisionou R$ 566 em 2011, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R$ 632, classificados no Ativo não Circulante.

Notas Explicativas

c) As provisões para processos tributários se referem a compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas realizados pela Companhia. O montante compensado entre os períodos de janeiro 2007 a dezembro de 2011 foi de R$ 28.431. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2011 totaliza R$ 39.843.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2011, o montante das causas de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Contingências trabalhistas	11.752	8.154
Contingências cíveis	2.064	780
Contingências ambientais	876	876
Contingências tributárias	61.535	46.097
	76.227	55.907

Contingências trabalhistas:
As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R$ 11.752 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:
As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R$ 2.064 e contemplam principalmente ação cíveis de indenização Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências ambientais:
Refere-se à ação ambiental do Ministério Público Federal e tem como valor máximo estimado de indenização R$ 876. Por considerar o referido assunto de difícil mensuração, a Administração da Companhia avalia a ação como possível perda, porém com boas chances de êxito, entendendo ainda que se condenada o valor seja menor do máximo estimado de indenização.

Notas Explicativas

Contingências tributárias:
As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R$ 61.535 e contemplam os seguintes processos:

- Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 31 de dezembro de 2011 de R$ 7.099 referente à auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. A Companhia é beneficiária de decisão administrativa definitiva pelo acórdão 203-03.459 de 16/09/97 que declarou a procedência do pedido de restituição. A Receita Federal do Brasil interpôs recurso administrativo que se encontra em pendência de julgamento.

- Execução Fiscal n° 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2011 de R$ 4.399 referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da ação anulatória nº 2005.71.00.002527-8.

- Execução Fiscal n° 99.70.00325-9 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2011 de R$ 4.581 que trata de cobrança de crédito tributário por meio da NFLD n° 32.511.108-1, referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação do serviço de cessão de mão de obra, sendo a Companhia responsável solidária. O processo encontra-se aguardando julgamento de agravo regimental interposto pela PFN, diante de procedência dos embargos à execução opostos pela Companhia.

- Processos Administrativos n°. 11080.013972/2007-12 e n°. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de dezembro de 2011 de R$ 3.161 referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos recursos voluntários.

- Processos Administrativos referente notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2011 de R$ 29.491. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

- Processos administrativos de nºs 11080.009902/2006-89, 11080.009904/2006-88 e 11080.009905/2006-12, referente compensações de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações, supostamente calculados indevidamente, com valores atualizados em 31 de dezembro de 2011 de R$ 12.804. A Companhia discute administrativamente os processos.

Notas Explicativas

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2011, é de R$ 63.381, composto por 8.104.500 ações sem valor nominal, sendo 7.463.987 ações ordinárias e 640.513 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, participam dos lucros com remuneração superior à razão de 10%, em relação às ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio em caso de liquidação da Companhia. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b. Ações em tesouraria

Em reunião de 24 de novembro 2010, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a adquirir ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, em conformidade com a Instrução CVM n° 10/80 e suas alterações. O plano de recompra teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011. Ficou desta forma autorizada aquisição de até 62.356 ações ordinárias e 18.646 ações preferenciais, ambas nominativas escriturais sem valor nominal.

A Companhia adquiriu em 2010, 9.100 ações ao valor total de R$ 229, e até 23 de novembro de 2011, quando o programa foi encerrado, mais 66.900 no valor de R$ 1.761 distribuído da seguinte forma:

Compra de Ações

	Controladora			
	31.12.11		31.12.10	
	Valor	Quant.	Valor	Quant.
Ordinárias	1.411	54.400	199	7.900
Preferenciais	350	12.500	30	1.200
	1.761	66.900	229	9.100

O valor de negociação dessas ações na Bolsa de Valores de São Paulo era de R$ 27,00 em 31.12.10 e de R$ 19,01 em 31.12.11 para as ações ordinárias, e R$ 26,00 em 31.12.10 e R$ 28,50 em 31.12.11 para as ações preferenciais.

A Companhia mantém ainda em tesouraria 4.602 (quatro mil seiscentas e duas) ações ordinárias no montante de R$ 47, adquiridas de ex-diretores que se desligaram em períodos anteriores, conforme determinava o plano de opção de ações então existente.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia oportunamente proporá a destinação das ações em tesouraria ou o seu cancelamento.

c. Lucro do exercício

Os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal. O montante de Dividendos e Juros sobre capital próprio creditados em 2011 foi de R$ 9.761. A Companhia distribuiu no exercício a título de juros sobre capital próprio o montante líquido de impostos de R$ 4.250.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	2011	2010
Lucro Líquido do exercício	9.354	34.360
Realização da reserva de reavaliação	356	365
Realização da reserva de lucros a realizar	5.028	3.205
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial	24.774	3.039
(-) Reserva legal	(468)	(2.048)
Lucro base para distribuição de dividendos	39.044	38.921
Dividendos mínimos obrigatórios (25% sobre o lucro base)		
Dividendos propostos a pagar	9.761	9.730
Juros sobre capital Próprio - JCP	5.000	-
(-) Imposto de renda retido na fonte sobre Juros Capital Prórpio - JCP	(750)	-
Juros sobre capital Próprio - JCP Líquidos Imposto Renda	4.250	-
Dividendos propostos a pagar	5.511	9.730
Total de Dividendos e JCP por ação oridinária (R$ por ação)	1,21	1,20
Total de Dividendos e JCP por ação preferencial (R$ por ação)	1,33	1,32

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de reavaliação, da reserva de lucros a realizar e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial. Neste exercício foi ajustada a realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial por diferenças não realizadas em exercícios anteriores e que tiveram como origem a adoção inicial dos CPCs que tratam da matéria.

d. Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: Reserva legal, Reserva de lucros a realizar, e Reserva de retenção de lucros.

Notas Explicativas

A Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

A Reserva de lucros a realizar foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Esta reserva, em 31 de dezembro de 2011, foi transferida para reserva estatutária de Ativos Biológicos no pressuposto de sua aprovação pelos acionistas. Vide nota explicativa n°37 de eventos subseqüentes sobre a matéria.

A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

e. Ajustes de Avaliação Patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos.

24. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

Notas Explicativas

	2011		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.412.043	630.905	8.042.948
Lucro líquido do período atribuível a cada espécie de ações (*)	8.553	801	9.354
Lucro por ação básico e diluído - R$	1,1539	1,2693	

	2010		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.457.727	640.413	8.098.140
Lucro líquido do período atribuível a cada espécie de ações (*)	34.983	3.305	38.288
Lucro por ação básico e diluído - R$	4,6909	5,1601	

(*) As ações preferencias tem direito a dividendos 10% superiores as ações ordinárias.

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas de produtos	580.623	541.447	615.176	570.025
Impostos sobre as vendas	(125.064)	(120.337)	(129.468)	(123.900)
Devoluções de vendas	(3.871)	(3.153)	(4.196)	(3.439)
Receita líquida de vendas	451.688	417.957	481.513	442.686

Notas Explicativas

26. DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(262.030)	(269.095)	(258.002)	(264.916)
Gastos com pessoal	(61.134)	(46.094)	(65.180)	(48.112)
Variação valor justo ativos biológicos	6.349	21.337	14.327	50.738
Depreciação, amortização e exaustão	(41.871)	(39.946)	(54.857)	(50.992)
Fretes de vendas	(19.859)	(16.760)	(21.079)	(17.420)
Contratação de serviços	(16.364)	(6.637)	(16.528)	(7.615)
Despesas de vendas	(21.209)	(12.156)	(21.272)	(12.392)
Outros gastos	-	(3.347)	-	(4.762)
	(416.118)	(372.698)	(422.591)	(355.471)
Outras despesas líquidas				
Custo da venda de ativos	(1.284)	(2.268)	(1.486)	(3.009)
Creditos tributários	929	642	929	642
Venda de ativo permanente	2.177	1.462	2.295	2.303
Outras receitas/despesas	2.651	146	2.695	188
	4.473	(18)	4.434	124
Despesa operacional	(411.645)	(372.716)	(418.157)	(355.347)

Notas Explicativas

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita de bens alienados	2.177	1.218	2.298	2.059
Reversão de contingência	-	147	-	174
Outras receitas operacionais	4.538	1.063	4.602	1.212
Créditos extemporâneos PIS, COFINS e ICMS	-	781	-	781
	6.715	3.209	6.900	4.226

Despesas	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(1.286)	(1.940)	(1.405)	(2.780)
Outras despesas operacionais	(956)	(1.077)	(1.061)	(1.112)
Provisão para perda em controlada		(210)	-	(210)
	(2.242)	(3.227)	(2.466)	(4.102)

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes dos impostos	8.102	37.795	10.841	39.765
Alíquota Básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(2.755)	(12.850)	(3.686)	(13.520)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	7.789	13.588	-	-
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	4.815	11.079
Juros sobre o capital próprio	1.700	-	1.700	-
Outras diferenças permanentes	(232)	(355)	940	851
Operação descontinuada	-	(2.023)	-	(2.023)
	6.503	(1.640)	3.769	(3.613)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.008)	(2.986)	(2.127)	(3.831)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.511	1.346	5.896	218

Notas Explicativas

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.743	3.014	5.742	4.737
Juros	963	960	1.479	986
Descontos obtidos	167	207	175	215
	6.873	4.181	7.396	5.938
Variação cambial				
Variação cambial ativa	17.941	28.831	17.945	28.831
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	5.247	1.999	5.247	1.999
Variação cambial passiva	(27.780)	(26.641)	(27.783)	(26.641)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(2.415)	(4.545)	(2.415)	(4.549)
Variação cambial líquida	(7.007)	(356)	(7.006)	(360)
Despesas financeiras				
Juros	(52.983)	(44.282)	(51.117)	(44.518)
Descontos concedidos	(125)	(181)	(78)	(181)
Deságios/despesas bancárias	(46)	(499)	(98)	(552)
Outros	(1.607)	(326)	(1.612)	(1.946)
	(54.761)	(45.288)	(52.905)	(47.197)
Resultado financeiro líquido	(54.895)	(41.463)	(52.515)	(41.619)

30. SEGUROS

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R$ 311.650. Também estão contratados seguro de vida em grupo para os colaboradores com cobertura entre mínima de R$ 10 e máxima de R$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.
As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados as atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

Notas Explicativas

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações detalhadas nas notas explicativas nº 16 e nº 17, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos investimentos mantidos até o vencimento) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado nas notas explicativas nº 23).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2011 foi de 61% capital próprio e 39% capital de terceiros, dentro dos patamares almejados.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Dívida (a)	392.009	337.366	368.741	331.204
Caixa e saldos de bancos	72.496	39.191	74.722	40.362
Investimentos mantidos até o vencimento	8.674	10.484	8.674	10.484
Dívida Líquida	310.839	287.691	285.345	280.358
Patrimônio Líquido	464.230	467.116	464.250	467.130
Índice de endividamento líquido	0,67	0,62	0,61	0,60

(a) A dívida é definida como captações de curto e longo prazos incluindo as debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e nº 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	2011	2010	2011	2010
Caixa e saldos de bancos	72.496	39.191	74.722	40.362
Designados ao valor justo por meio do resultado	286	-	286	-
Investimentos mantidos até o vencimento	8.388	13.018	8.388	13.018
Empréstimos e recebíveis				
Conta a receber de clientes	90.179	76.903	92.231	78.900
Outros ativos	10.669	10.247	10.722	10.280
Passivos financeiros				
Designados ao valor justo por meio do resultado	-	2.534	-	2.534
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	259.556	194.937	260.164	194.937
Debêntures	132.453	142.429	86.480	100.912
Cédula de crédito imobiliário	-	-	22.097	35.355
Fornecedores	42.790	40.823	37.713	39.632

Os valores dos instrumentos designados ao valor justo são considerados como Nível 1, uma vez que são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira da Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de outubro de 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de empréstimos tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 17 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2010, e 15 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas nos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2011. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contas a receber	4.152	2.895	4.198	2.949
Créditos de carbono a receber	6.378	5.789	6.378	5.789
Bancos conta vinculada	8.674	10.484	8.674	10.484
Adiantamento de clientes	(298)	(325)	(661)	(207)
Fornecedores	(123)	(661)	(123)	(661)
Empréstimos e financiamentos	(89.545)	(99.841)	(89.545)	(99.841)
Exposição líquida	(70.762)	(81.659)	(71.079)	(81.487)

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM n° 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da empresa, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2- Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2011.

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

Operação	Saldo 31.12.11	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
	U$$	Taxa	R$	Taxa	R$	Taxa	R$
Ativos							
Contas a receber	10.262	1,72	(1.589)	2,15	2.827	2,58	7.242
Passivos							
Contas a pagar	(418)	1,72	65	2,15	(115)	2,58	(295)
Empréstimos e financiamentos	(47.737)	1,72	7.390	2,15	(13.149)	2,58	(33.688)
Efeito líquido			5.866		(10.438)		(26.741)

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2011 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, deverão gerar impacto apenas econômico no seu resultado.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, TR (Taxa de Referência), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de captações que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: manutenção das taxas de juros, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2- Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2011.

3 – Cenário Remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

Operação	Indexador	Saldo 31/12	Cenário base Ganho (Perda) Taxa %	R$	Cenário adverso Ganho (Perda) Taxa %	R$	Cenário remoto Ganho (Perda) Taxa %	R$
Aplicações Financeiras								
CDB	CDI	72.119	10,29%	(446)	12,86%	1.533	15,44%	3.512
Financiamentos								
Capital de Giro	CDI	113.887	10,29%	703	12,86%	(2.413)	15,44%	(5.529)
Debêntures	CDI	91.210	10,29%	529	12,86%	(1.817)	15,44%	(4.164)
Capital de Giro	TR	1.030	0,09%	3	0,11%	-	0,13%	(2)
BNDES	TJLP	14.558	6,00%	-	7,50%	(218)	9,00%	(437)
Capital de Giro	IPCA	97.047	6,22%	980	7,78%	(529)	9,33%	(2.038)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor	3.816	0,50%	3	0,62%	(1)	0,74%	(6)
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor	6.232	1,35%	17	1,68%	(4)	2,02%	(24)
Efeito Líquido no Resultado				1.789		(3.450)		(8.688)

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. A exposição máxima corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada (ver nota explicativa nos 16 e 17).

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2011 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco

Notas Explicativas

de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

	2012	2013	2014	2015	acima 2016
Passivos					
Fornecedores	37.713	-	-	-	-
Empréstimos	102.278	52.403	49.400	47.524	30.656
Debêntures	25.226	24.999	24.603	11.653	-
Derivativos	1.075	1.075	1.075	538	-
Outros Passivos	5.632	4.493	3.687	787	4.639
	171.924	82.970	78.765	60.502	35.295
Ativos					
Caixa e Equivalentes	74.722	-	-	-	-
Banco Conta Vinculada	5.221	1.381	1.381	691	-
Clientes a Vencer	92.231	-	-	-	-
	172.174	1.381	1.381	691	-
	250	(81.589)	(77.384)	(59.812)	(35.295)

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do período do relatório é de R$ 85.169, e que aumenta proporcionalmente na medida em que as obrigações de empréstimos e financiamentos forem liquidadas. A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio, ou para troca de taxa de juros. Os instrumentos financeiros foram designados no reconhecimento inicial, classificados como empréstimos e seus resultados são mensurados pelo seu valor justo, ou pelo custo amortizado, conforme o caso, e reconhecidos, na data de cada balanço, no resultado financeiro.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Forte que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia

Notas Explicativas

a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

a) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos pelo valor justo

Em 31 de dezembro de 2011, os montantes contratados destes instrumentos e os seus respectivos valores justos, assim como os efeitos acumulados no período, estão demonstrados na tabela abaixo:

Finalidade / Risco / Instrumento	31.12.2011		31.12.2010	
	Valor nocional	Valor justo (1)	Valor nocional	Valor justo (1)
Instrumento financeiro de valor justo				
Moeda Estrangeira *Swaps*	3.763	286	29.300	(2.534)
Total derivativos	3.763	286	29.300	(2.534)

(1) Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelo seu valor justo, por meio de utilização de projeções futuras do dólar da BM&F Bovespa nas datas de apuração. No caso de swaps, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimados de forma independente e trazidas a valor presente por uma taxa de juros de mercado, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o seu valor de mercado.

Esses instrumentos, em 31 de dezembro de 2011, apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Justo e Valor Nocional por instrumento:

Finalidade / Risco / Instrumento						
		2012	2013	2014	2015	Total
Instrumento financeiro de valor justo						
Moeda Estrangeira - valor justo	*Swaps*	3	34	143	106	286

Finalidade / Risco / Instrumento						
		2012	2013	2014	2015	Total
Instrumento financeiro de valor justo						
Moeda Estrangeira - valor nocional	*Swaps*	1.075	1.075	1.075	538	3.763

Este instrumento financeiro está atrelado e encontra-se registrado junto à aplicação financeira vinculada, descrita na nota explicativa 9. Sua análise de sensibilidade encontra-se demonstrada em conjunto com o instrumento a ela atrelado.

b) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos por custo amortizado

Em 30 de maio de 2011, a Companhia contratou operação de Swap de Fluxo de Caixa com Banco Credit Suisse, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados a taxa de juros de operação já existente entre as partes em contrato de PPE – Pré

Notas Explicativas

Pagamento de Exportação, de 16 de fevereiro de 2007. O valor de referência atribuído na data de contratação é de R$ 70.374 (equivalente a USD 44.544 mil na data da transação), diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas previstas no contrato a ele atrelado até o seu vencimento final em agosto de 2015.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente às operações originais. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de PPE – Pré Pagamento de Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros acrescidos da variação do CDI e os juros devidos não estão mais expostos a variação cambial. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de PPE, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento e mantendo-os mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estes juros estão incluídos na análise de sensibilidade de taxas de juros exposta nesta mesma nota explicativa em riscos de taxa de juros.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de maio de 2011.

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: papel; embalagem P.O.; florestal RS e resinas; e móveis, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Papel: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO.

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, uma junto a fábrica de papel do segmento papel em Vargem Bonita, SC, e outra em Indaiatuba, SP.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio fomento e também comercializa madeiras e produz da resina extraída do pinus, que servem de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

Segmento Móveis: este segmento comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira. O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

Notas Explicativas

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado					
						31/12/2010
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	103.425	269.610	18.637	6.411	-	398.083
Mercado externo	31.462	-	13.141	-	-	44.603
Receita de vendas para terceiros	134.887	269.610	31.778	6.411	-	442.686
Receitas entre segmentos	25.997	715	-	-	(26.712)	-
Vendas líquidas totais	160.884	270.325	31.778	6.411	(26.712)	442.686
Variação valor justo ativo biológico	21.336	-	29.402	-	-	50.738
Custo dos produtos vendidos	(104.307)	(211.794)	(25.819)	(3.551)	25.381	(320.090)
Lucro bruto	77.913	58.531	35.361	2.860	(1.331)	173.334
Despesas operacionais	(18.162)	(38.014)	(3.795)	(2.824)	(27.018)	(89.813)
Resultado operacional antes do Resultado financeiro	59.751	20.517	31.566	36	(28.349)	83.521
Resultado financeiro	(22.657)	(18.408)	(746)	(206)	398	(41.619)
Resultado operacional líquido	37.094	2.109	30.820	(170)	(27.951)	41.902
Ativo Total	676.499	170.681	128.072	4.456	165.052	1.144.760
Passivo Total	295.008	63.381	14.421	2.677	302.143	677.630
Patrimônio Líquido	285.388	-	119.958	1.507	60.277	467.130

	Consolidado					
						31/12/2011
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	109.685	285.886	18.962	10.078	-	424.611
Mercado externo	36.639	-	20.263	-	-	56.902
Receita de vendas para terceiros	146.324	285.886	39.225	10.078	-	481.513
Receitas entre segmentos	22.028	308	-	-	(22.336)	-
Vendas líquidas totais	168.352	286.194	39.225	10.078	(22.336)	481.513
Variação valor justo ativo biológico	4.767	-	9.560	-	-	14.327
Custo dos produtos vendidos	(114.035)	(224.207)	(29.456)	(5.624)	19.929	(353.393)
Lucro bruto	59.084	61.987	19.329	4.454	(2.407)	142.447
Despesas operacionais	(9.784)	(31.206)	(3.032)	(5.143)	(35.177)	(84.342)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	49.300	30.781	16.297	(689)	(37.584)	58.105
Resultado Financeiro	(33.302)	(25.938)	437	(406)	6.694	(52.515)
Resultado Operacional Líquido	15.998	4.843	16.734	(1.095)	(30.890)	5.590
Ativo Total	720.807	155.324	136.170	5.389	164.064	1.181.754
Passivo Total	297.742	57.897	14.475	3.404	343.986	717.504
Patrimônio Líquido	231.866	-	115.034	1.360	115.990	464.250

Notas Explicativas

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas em 2011 totalizaram R$ 481.513 (R$ 442.686 em 2010).

A receita líquida de vendas para o mercado externo em 2011 totalizou R$ 56.902 (R$ 44.603 em 2010), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

	31.12.11 Consolidado			31.12.10 Consolidado	
País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total	País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Holanda	13.799	3,1%	Argentina	8.825	2,0%
Arábia Saudita	9.486	2,1%	Holanda	7.749	1,8%
Argentina	9.270	2,1%	Arábia Saudita	6.731	1,5%
França	4.503	1,0%	Paraguai	3.120	0,7%
Paraguai	3.426	0,8%	França	3.045	0,7%
Chile	2.451	0,5%	Chile	2.747	0,6%
África do Sul	2.223	0,5%	Peru	2.059	0,5%
Peru	2.161	0,5%	África do Sul	1.722	0,4%
Alemanha	1.715	0,4%	Alemanha	1.340	0,3%
Bolívia	1.573	0,4%	Noruega	1.144	0,3%
Noruega	942	0,2%	Estados Unidos	1.086	0,2%
Coreia	888	0,2%	Bolívia	894	0,2%
Espanha	882	0,2%	Espanha	811	0,2%
Venezuela	717	0,2%	Uruguai	612	0,1%
Estados Unidos	612	0,1%	Colômbia	598	0,1%
Outros países	2.256	0,5%	Outros países	2.121	0,5%
	56.902	12,7%		44.603	10,1%

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 2011 no mercado interno representaram R$ 424.611 (R$ 398.083 em 2010).

Neste ano de 2011, um único cliente representava 20,2% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R$ 57.749. As demais

Notas Explicativas

vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

33. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de setembro de 2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho/SC, bem como autorizou a diretoria a alienar seus ativos. As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010, entretanto a Companhia manterá sua estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. Em 31 de dezembro de 2010, os resultados da operação descontinuada foram apresentados conforme segue:

	2010
Receita líquida	7.870
Custo dos produtos vendidos	(10.588)
Prejuízo (lucro) bruto	(2.718)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.040)
Resultado financeiro	(1.124)
Outras receitas e despesas operacionais	(69)
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários	(5.951)
Imposto de renda e contribuição social	2.023
Prejuízo líquido de operação descontinuada	(3.928)

O Resultado financeiro de operações descontinuadas é formado principalmente por receitas e despesas comuns as demais unidades da Companhia, e que foram distribuídos para cada segmento pela NCG – Necessidade de Capital de Giro.

Em 2011 não houve movimentações naquela unidade que deva ser classificada como operação descontinuada.

34. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

Locação de imóveis de unidades produtivas

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui 2 contratos de aluguel de unidades produtivas, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada exercício pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Notas Explicativas

Os contratos de aluguel de unidades produtivas estão representados conforme segue:

a) Contrato de locação firmado em 20 de outubro de 2009 e aditado em 24 de março de 2010 com a controlada Irani Trading S.A, que é proprietária de imóvel industrial localizado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início que se deu em 01 de janeiro de 2010 e seu valor locatício é de R$ 1.364 mensais fixos.

b) Contrato de locação firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem em Indaiatuba, SP, com vigência de 20 anos e valor mensal contratado de R$ 125, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de aluguéis reconhecidos como despesa em 2011 e de 2010 pela controladora, líquidos de impostos quando aplicáveis, são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R$ 18.172 (R$ 18.043 em 2010)
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R$ 350 (R$ 293 em 2010)

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 31 de dezembro de 2011 totalizam um montante mínimo de R$ 82.594.

	até um ano	depois de um ano até cinco anos	depois de cinco anos	Total
Aluguéis mínimos futuros	18.171	46.081	18.342	82.594

Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias, em área total de 3.220 hectares, da qual 2.266 hectares é a área proporcional dos plantios pertencentes à mesma. Para algumas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente conforme demonstrado abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas sejam colhidos.

Compromissos de arrendamento operacional não canceláveis

	até um ano	depois de um ano até cinco anos	depois de cinco anos	Total
Arrendamentos operacionais futuros	228	912	1.303	2.443

Notas Explicativas

Contratos de arrendamento da Companhia como arrendadora

Os arrendamentos operacionais referem-se às propriedades para investimento da Companhia e têm prazos de arrendamento de 24 meses, com opção de renovação por igual período. Todos os arrendamentos operacionais contêm cláusulas de revisão de mercado caso o arrendatário exerça a opção de renovação. O arrendatário não tem a opção de compra do imóvel após o término do prazo de arrendamento.

A receita de aluguel obtida pela Companhia sobre as suas propriedades para investimento e despesas operacionais diretas resultante das propriedades para investimento no exercício foram de R$ 265 e R$ 770 respectivamente.

35. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina, onde 60% do incremento de ICMS, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, manutenção de empregos, além da manutenção da regularidade junto ao Estado.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média do custo de captação na data base para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos, caso não possuísse o benefício.

A vigência do benefício é de 14 anos, iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía R$ 13.400 registrados.

36. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetam o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R$ 7.622 que foram financiadas diretamente por fornecedores, recebeu dividendos no montante de R$ 16.570 através de mútuo e abatimento de outras contas a pagar e também aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R$ 37.536.

Notas Explicativas

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de fevereiro de 2012, através de Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das contas de reserva legal e reserva de retenção de lucros no montante de R$ 40.595, passando o Capital Social para R$ 103.976, sem emissão de novas ações. Nesta mesma assembléia foi aprovada a constituição de Reserva Estatutária de Ativos Biológicos que manterá os valores a realizar referente a adoção inicial do Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS (CPC 29) então registrada na conta de reserva de lucros a realizar. Na oportunidade foi ainda adequado o artigo 25 do Estatuto Social que passou a refletir a realização das reservas na base de cálculo dos dividendos.

Proposta de Orçamento de Capital

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Aos Srs. Acionistas da
CELULOSE IRANI S.A.

Proposta de Orçamento de Capital

De acordo com o previsto no artigo 196 da Lei 6.404/76, com a redação dada pela Lei n° 10.303 de 31.10.2001, a administração da Celulose Irani S.A.(“Companhia”) vem apresentar a presente proposta de Orçamento de Capital.

A proposta de destinação do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia no exercício encerrado em 2011, constante das Demonstrações Financeiras, prevê que após os ajustes a que se referem os Arts. 193 e 202 da Lei 6.404/76 serão retidos lucros no montante de R$ 28.530 mil, destinados a Reserva de Retenção de Lucros, designada para atender ao Plano de Investimento da Companhia.

O Orçamento de Capital 2012, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 07 de dezembro de 2011, totaliza o montante de R$ 47.392 mil, assim distribuídos:

CELULOSE IRANI S.A.

Orçamento de Capital 2012			
[em R$ mil]			
	Correntes	**Estratégicos**	**Total**
Consolidado	20.000	-	20.000
Papel	-	8.182	8.182
Embalagem SP	-	8.932	8.932
Embalagem SC	-	3.582	3.582
Necessidade de Capital de Giro	6.695	-	6.695
Total de Investimentos 2012	26.695	20.697	47.392

Sendo esta a proposta que tinha a apresentar, a Administração coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar os esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Porto Alegre, 07 de março de 2012.

A Administração.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATč RIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRA¢ì ES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Celulose Irani S.A.
Porto Alegre ï RS

Examinamos as demonstra- »es financeiras individuais e consolidadas da Celulose Irani S.A. (ñCompanhiaò), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balan- o patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstra- »es do resultado, das muta- »es do patrim¹ nio l²quido e dos fluxos de caixa, para o exerc²cio findo naquela data, assim como o resumo das principais pr§ticas cont§beis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administra- «o sobre as demonstra- »es financeiras

A administra- «o da Companhia ®respons§vel pela elabora- «o e adequada apresenta- «o das demonstra- »es financeiras individuais de acordo com as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil e das demonstra- »es financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relat· rio financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ï IASB, e de acordo com as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necess§rios para permitir a elabora- «o dessas demonstra- »es financeiras livres de distor- «o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade ®a de expressar uma opini«o sobre essas demonstra- »es financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exig° ncias ®ticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter seguran- a razo§vel de que as demonstra- »es financeiras est«o livres de distor- «o relevante.

Uma auditoria envolve a execu- «o de procedimentos selecionados para obten- «o de evid° ncia a respeito dos valores e divulga- »es apresentados nas demonstra- »es financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia- «o dos riscos de distor- «o relevante nas demonstra- »es financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avalia- «o de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elabora- «o e adequada apresenta- «o das demonstra- »es financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que s«o apropriados nas circunst©ncias, mas n«o para fins de expressar uma opini«o sobre a efic§cia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, tamb®m, a avalia- «o da adequa- «o das pr§ticas cont§beis utilizadas e a razoabilidade das estimativas cont§beis feitas pela administra- «o, bem como a avalia- «o da apresenta- «o das demonstra- »es financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evid° ncia de auditoria obtida ®suficiente e apropriada para fundamentar nossa opini«o.

Opini«o sobre as demonstra- »es financeiras individuais

Em nossa opini«o, as demonstra- »es financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi- «o patrimonial e financeira da Celulose Irani S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas opera- »es e os seus fluxos de caixa para o exerc²cio findo naquela data, de acordo com as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil.

Opini«o sobre as demonstra- »es financeiras consolidadas

Em nossa opini«o, as demonstra- »es financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi- «o patrimonial e financeira consolidada da Celulose Irani S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas opera- »es e os seus fluxos de caixa consolidados para o exerc²cio findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relat· rio financeiro (IFRS) emitidas pelo nternational Accounting Standards Board ï IASB e as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil.

ąnfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstra- »es financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil. No caso da Celulose Irani S.A. essas pr§ticas diferem do IFRS, aplic§vel ¨ s demonstra- »es financeiras separadas, somente no que se refere ¨ avalia- «o dos investimentos em controladas pelo m®todo de equival° ncia patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos
Demonstra- »es do valor adicionado

Examinamos, tamb®m, as demonstra- »es individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exerc²cio findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresenta- «o ®requerida pela legisla- «o societ§ria brasileira para companhias abertas, e como informa- «o suplementar pelas IFRS que n«o requerem a apresenta- «o da DVA. Essas demonstra- »es foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opini«o, est«o adequadamente apresentadas, em todos os seus

aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2012.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Roberto Wagner Promenzio
Auditores Independentes Contador
CRC nº. 2SP 011.609/0-8/F/RS CRC nº. 1SP-088.438/O-9/S/RS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA
Para fins do Artigo 25 da Instrução CVM n° 480/09

Na qualidade de Diretores da Celulose Irani S.A., sociedade por ações com sede na Rua General João Manoel, n°. 157, 9°. andar, sala 903, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 92.791.243/0001-03, DECLARAMOS nos termos do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n°. 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; e (ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Porto Alegre, 07 de março de 2012.

Péricles de Freitas Druck - Presidente
Péricles Pereira Druck – Diretor Superintendente
Odivan Carlos Cargnin – Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores
Sérgio Luiz Cotrim Ribas – Diretor de Negócios Papel e Embalagem
Ronald Heinrichs – Diretor de Negócios Móveis
Túlio César Reis Gomes – Diretor de Negócios Florestal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA
Para fins do Artigo 25 da Instrução CVM n° 480/09

Na qualidade de Diretores da Celulose Irani S.A., sociedade por ações com sede na Rua General João Manoel, n°. 157, 9°. andar, sala 903, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 92.791.243/0001-03, DECLARAMOS nos termos do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n°. 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; e (ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Porto Alegre, 07 de março de 2012.

Péricles de Freitas Druck - Presidente
Péricles Pereira Druck – Diretor Superintendente
Odivan Carlos Cargnin – Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores
Sérgio Luiz Cotrim Ribas – Diretor de Negócios Papel e Embalagem
Ronald Heinrichs – Diretor de Negócios Móveis
Túlio César Reis Gomes – Diretor de Negócios Florestal